

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul



300 anos



Poder Judiciário do Estado
de Mato Grosso do Sul
30 Anos

Campo Grande - MS
2009

∞ Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul - 30 Anos

Realização

Secretaria do Gabinete da Presidência

Imagens

Memorial do Poder Judiciário de MS

Impressão

Secretaria de Bens e Serviços

Impressão - Capa

Gráfica e Editora Diogo

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

Parque dos Poderes, Bloco 13 - Campo Grande - MS

www.tjms.jus.br

Mato Grosso do Sul. Tribunal de Justiça

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul: 30 anos / organizado pela
Secretaria do Gabinete da Presidência. -- Campo Grande : TJMS, 2009.
130 p.; il.

Edição comemorativa.
Gestão 2009 / 2010.

1. Poder Judiciário - História. 2. Poder Judiciário - Mato Grosso do Sul. I. Título.

CDDir 341.256098171



Poder Judiciário

30

ANOS

do Estado de Mato Grosso do Sul

☞ Gestão 2009/2010

Presidente

Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins

Vice-Presidente

Des. Paulo Alfeu Puccinelli

Corregedor-Geral de Justiça

Des. Josué de Oliveira

Diretora-Geral

Zelma Araújo Teixeira Munhoz

Juizes Auxiliares da Presidência

Vilson Bertelli

Elizabete Anache

Alexandre Corrêa Leite

Juiz Auxiliar da Vice-Presidência

Marcelo Câmara Rasslan

Juizes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça

Ruy Celso Barbosa Florence

Fábio Possik Salamene

☞ Tribunal Pleno

Des. Rêmolo Letteriello

Des. Rubens Bergonzi Bossay

Des. Claudionor Miguel Abss Duarte

Des. João Carlos Brandes Garcia

Des. Oswaldo Rodrigues de Melo

Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins

Des. Luiz Carlos Santini

Des. Josué de Oliveira

Des. Joenildo de Sousa Chaves

Des. Atapoã da Costa Feliz

Des. Hildebrando Coelho Neto

Des. João Maria Lós

Des. Ildeu de Souza Campos

Des. Divoncir Schreiner Maran

Des. Paulo Alfeu Puccinelli

Des. João Batista da Costa Marques

Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges

Des. Paschoal Carmello Leandro

Des^a. Marilza Lúcia Fortes

Des. Julizar Barbosa Trindade

Des. Romero Osme Dias Lopes

Des. Carlos Eduardo Contar

Des. Sérgio Fernandes Martins

Des. Sideni Soncini Pimentel

Des. Dorival Renato Pavan

Des. Vladimir Abreu da Silva

Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

Des. Fernando Mauro Moreira Marinho

Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso

Des. Dorival Moreira dos Santos

∞ Sumário

APRESENTAÇÃO	7
DIVISÃO DE MT E CRIAÇÃO DO ESTADO DE MS.....	9
1979 - NASCE UM NOVO JUDICIÁRIO	15
PODER JUDICIÁRIO DE MS: 30 ANOS DEPOIS	21
MAGISTRADOS	29
GESTÃO DO JUDICIÁRIO.....	65
COMARCAS.....	83
SERVIDORES	111
MEMÓRIAS.....	117
REFERÊNCIAS	129





APRESENTAÇÃO

A publicação deste livro se insere entre os atos comemorativos dos 30 anos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. A evolução cultural e social do Estado é evidente. As inovações científicas ocorridas nesse período impressionam sobremaneira. Todos estes aspectos relevantes interferiram decisivamente nas relações jurídicas e afetaram a função jurisdicional, como não poderia deixar de ser.

Revisar o caminho percorrido pelo Judiciário sul-mato-grossense ao longo desses anos implica reconhecer o grande avanço pelo qual passou. As sucessivas administrações do Poder souberam aproveitar os ventos da mudança e cada uma, a seu tempo e modo, empreenderam medidas de vanguarda.

Esta é a marca indelével do Judiciário Estadual: vanguarda na ação e na projeção do futuro. Tal característica se revela na conduta dos juízes e dos servidores. Forjou-se um todo harmônico, com um norte bem definido: Uma justiça atual e pujante. Verdade histórica e incontestável.

Os exemplos dessa realidade podem ser constatados por todos. A informatização total dos serviços prestados, os juizados especiais, magistrados integrados e atualizados e servidores engajados no processo evolutivo. Sem dúvida alguma, o Judiciário deste Estado está entre os melhores do Brasil.

Contar essa história de absoluto sucesso é o objetivo deste livro. E relatar os nossos 30 anos é mostrar, com fatos, a vida dos homens e mulheres que, com suas biografias, construíram um enredo de grandiosidade e excelência. Em cada palavra, em cada ato, revela-se o humanismo, repleto de modernidade e visão social. Esse o nosso maior legado para o futuro.

O Judiciário de Mato Grosso do Sul foi construído por quem sabe que *o segredo da existência não consiste somente em viver, mas em saber para que se vive*. Eis a nossa maior glória. Vivemos para edificar o futuro.

Desembargador Elpídio Helvécio Chaves Martins

Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul



CUIABA

Rondonópolis

PANTANAL

Ocoyumbá

CAMPO GRANDE

Rio Araguaia

Rio Cuiaba

Rio Iriquirá

SERRA SÃO JERÔNIMO

SERRA DO CALAPO

Cáceres

SA DAS ARARAS

SA SADO

Represa São Simão

Repr. de J. REPSA

BR-262
MABAJU

BR-267

PARECIS

Barra do Capot

W. en

CAPÍTULO I

DIVISÃO DE MT E CRIAÇÃO DO ESTADO DE MS



Autoridades compõem a mesa na solenidade de instalação do Estado de Mato Grosso do Sul - Teatro Glauce Rocha, Campo Grande (MS) - 01/01/1979

Na segunda metade da década de 1960, o território que hoje compreende o Estado de Mato Grosso do Sul vivia um momento de expansão e crescimento, com incentivos à produção, construção de novas estradas e demais processos de modernização da região. O movimento divisionista fortaleceu-se na década de 1970. A ideia de criar o Estado de Mato Grosso do Sul foi encampada pelo então Presidente da República, Ernesto Geisel, o qual via razões estratégicas para a separação, além de razões históricas, visto que o norte e o sul de Mato Grosso tiveram desenvolvimentos diferentes, em termos culturais e econômicos. Além disso, a disputa política entre os líderes do sul e norte e da própria administração do Estado, na qual sempre houve dois núcleos, um em Cuiabá e outro em Campo Grande, motivou a divisão do Estado.

A região norte e a sul de Mato Grosso eram praticamente separadas pela planície do Pantanal, diferentes nos aspectos físicos, étnicos e econômicos. Enquanto o norte pertencia à bacia Amazônica, o sul pertencia à bacia do Prata. Em termos de atividades desenvolvidas no norte, a população concentrou-se na garimpagem de ouro, diamante e na extração da borracha. Já no sul, houve o desenvolvimento da criação de gado, exploração da erva-mate e da agricultura.

Outra diferença marcante entre as regiões é a composição étnica. Os primeiros colonizadores no norte de Mato Grosso eram oriundos do Norte e Nordeste do país, mesclados à população indígena que já habitava a região. Para o sul do Estado, vieram mineiros, gaúchos, paulistas, paraguaios, italianos, japoneses e sírio-libaneses.

Diante disso, a evolução cultural dos habitantes do norte e do sul do Estado teve traços peculiares e distintos entre si, isto sem mencionar que as diferenças também abrangiam o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a contribuição fiscal. Embora a parte sul de MT



Ministro da Justiça, Arnaldo Falcão, assina a Ata da solenidade de instalação do Estado de MS. À esquerda (na foto), o recém-empossado Governador, Harry Amorim Costa, e à direita o Ministro do Interior, Rangel Reis. Teatro Glaucete Rocha, Campo Grande (MS) - 01/01/1979

participasse com mais de dois terços da arrecadação do Estado, ela não recebia a contrapartida em investimentos na região.

Desde o século 19, várias foram as tentativas de representantes da população do sul de Mato Grosso para criar um novo Estado, como as ações da Liga Sul-Mato-Grossense que, desde 1932, trabalhava pela emancipação. Em 1974 integrantes da Liga enviaram ao Governo Federal o material estatístico para encaminhar a lei complementar, que em 11 de outubro de 1977 foi assinada pelo Presidente Ernesto Geisel, concretizando assim a criação do Estado, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

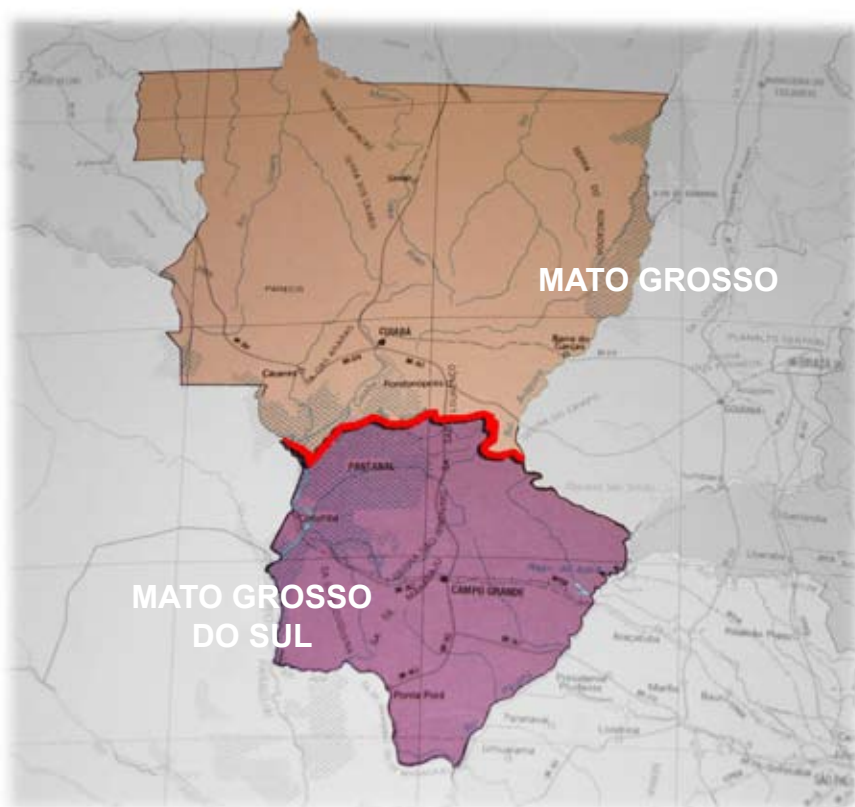
A Lei Complementar nº 31 estabeleceu a criação de uma Comissão Especial composta por seis membros para assessorar o governo federal e os governos dos dois Estados na implantação das medidas necessárias previstas no texto da lei. A comissão foi instalada em abril de 1978, composta por representantes dos Ministérios do Interior; da Justiça e do Planejamento; representante do Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público), do Governo de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. A comissão realizou o levantamento e a divisão do patrimônio e do pessoal administrativo e assessorou também na organização e implantação da administração estadual e do Tribunal de Justiça.

De acordo com a Lei Complementar nº 31, Mato Grosso do Sul ficaria com 55 municípios, população estimada em cerca de 1.400.000 habitantes e mais de 358.000 Km² de área. Já Mato Grosso, permanecia com 38 municípios, população estimada em 900.000 habitantes, distribuída em 881.000 Km² de superfície.

A solenidade de instalação do Estado ocorreu em 1º de janeiro



Reprodução da primeira página da Lei Complementar nº 31, que criou o Estado de Mato Grosso do Sul e seus poderes



de 1979, empossando o 1º Governador, Harry Amorim Costa, indicado pelo Presidente da República à época, General Ernesto Geisel. A Constituição do Estado foi promulgada em 13 de junho de 1979. Um dia antes da promulgação, o então governador Harry Amorim Costa foi afastado em consequência de um acordo político entre os senadores Pedro Pedrossian, Antônio Mendes Canale e Rachid Saldanha Derzi - que pediram a sua destituição ao ministro Petrônio Portela. Assumiu interinamente o Governo o então presidente da Assembleia Legislativa, deputado Londres Machado.

Em 29 de junho, por indicação federal, tomou posse como Governador Marcelo Miranda Soares, que governou até 30 de outubro do mesmo ano. Até 6 de novembro, respondeu pelo governo novamente Londres Machado, para então assumir Pedro Pedrossian, que governou o Estado até 15 de março de 1983. Na ocasião, assumiu o 1º Governador eleito, Wilson Barbosa Martins.

Em meio a este contexto histórico é que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul teve seus primeiros anos de funcionamento.



CAPÍTULO II

1979

*N*ASCE UM NOVO JUDICIÁRIO



Da esquerda para a direita (sentados): Desembargadores Leão Neto do Carmo, Jesus de Oliveira Sobrinho, Sérgio Martins Sobrinho e Rui Garcia Dias - Solenidade de posse no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de MS Teatro Glauce Rocha, Campo Grande (MS) - 01/01/1979



Des. Leão Neto do Carmo discursa na instalação do Estado de MS
Teatro Glauce Rocha, Campo Grande (MS) - 01/01/1979

A mesma Lei Complementar nº 31, que instituiu o Estado de Mato Grosso do Sul, estabeleceu também a criação do Tribunal de Justiça, o qual inicialmente seria composto por sete desembargadores, nomeados pelo Governador. Cumprindo então o que determinava a lei, o Governador Harry Amorim Costa nomeou os Desembargadores Leão Neto do Carmo, Jesus de Oliveira Sobrinho e Sérgio Martins Sobrinho, vindos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e promoveu a Desembargador o juiz da 2ª Vara Cível de Campo Grande, Rui Garcia Dias. Estes quatro magistrados formaram o quórum mínimo estabelecido no art. 13 da citada lei e foram empossados no dia 1º de janeiro de 1979, durante a solenidade de instalação do Estado. A instalação solene do Tribunal de Justiça ocorreu em 8 de janeiro.

Os quatro primeiros desembargadores, sob a presidência do Desembargador Leão Neto do Carmo, desenvolveram, no final de 1978, o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, editado pelo Executivo, por meio do Decreto-Lei nº 31. Os primeiros 22 dias de funcionamento do Tribunal de Justiça foram no plenário e em duas salas da Câmara Municipal da Capital. Após este breve período foram alugados quatro andares do Edifício Cosmos, na Rua Marechal Rondon, 1636, em Campo Grande, para a instalação do recém-criado Tribunal.

De acordo com o Decreto-Lei nº 31, Mato Grosso do Sul foi dividido em trinta comarcas:

- a) Bonito e Sidrolândia - criadas pelo mesmo decreto-lei;
- b) Caarapó, Eldorado, Ivinhema e Pedro Gomes - criadas pela Lei nº 4.004/78, não instaladas à época;
- c) e vinte e quatro comarcas já instaladas do remanescente Mato Grosso antes da divisão (em ordem alfabética): Amambai; Aparecida do Taboado; Aquidauana; Bataguassu; Bela Vista; Camapuã; Campo Grande; Cassilândia; Corumbá; Coxim; Dourados; Fátima do Sul; Glória de Dourados; Jardim; Maracaju; Miranda; Naviraí; Nova Andradina; Paranaíba; Ponta Porã; Porto Murtinho; Rio Brillhante; Rio Verde de Mato Grosso; e Três Lagoas.

Durante a solenidade de instalação do Estado de Mato Grosso do Sul, na tarde de 1º de janeiro de 1979, que contou com a presença do Presidente da República, General Ernesto Geisel, as autoridades e a população em geral que lotavam o Teatro Glauce Rocha presenciaram a posse do Governador Harry Amorim Costa, da Assembleia Constituinte do Estado, e também a posse dos quatro magistrados que conduziriam o judiciário sul-matogrossense: Des. Leão Neto do Carmo, Des. Jesus de Oliveira Sobrinho, Des. Sérgio Martins Sobrinho e Dr. Rui Garcia Dias.

Além dos quatro primeiros desembargadores, compuseram também o Tribunal de Justiça em 1979, empossados no dia 30 de janeiro do mesmo ano, o Des. Assis Pereira da Rosa, Des. Gerval Bernardino de Souza e Des. Higa Nabukatsu - indicados para o preenchimento das três vagas existentes. Os dois primeiros são oriundos da magistratura e o terceiro, do quinto constitucional, pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional MS.

Em 1979, as 30 comarcas eram compostas por 45 varas, 30 juizes, 7 desembargadores e 1.160 servidores. No período foram distribuídos 29.626 processos no 1º grau e julgados 31.081 feitos, além de 1.378 feitos distribuídos no 2º grau e 910 julgados.

Das 45 varas apenas 30 contavam com juizes titulares. Por este motivo, foi realizado o I Concurso para Juiz de Direito do Estado de Mato Grosso do Sul em outubro de 1979, quando foram aprovados oito candidatos (em ordem alfabética): Abrão Razuk, Alécio Antônio Tamiozzo, Atapoã da Costa Feliz, Frederico Farias de Miranda, Gilson Barbosa dos Santos, Ildeu de Souza Campos, José Lamartine Satyro (desistente) e Oswaldo Rodrigues de Melo.

A ata da primeira sessão pública de distribuição, realizada em 9 de janeiro de 1979, presidida pelo Des. Leão Neto do Carmo, aponta que à época foram distribuídos três feitos de competência da Turma Especial, que atuava durante o período de férias.

O Tribunal Pleno reuniu-se pela primeira vez completo, com os sete membros, no dia 31 de janeiro de 1979. Nesta sessão, o Des. Leão Neto do Carmo foi eleito presidente, o Des. Jesus de Oliveira Sobrinho assumiu a vice-presidência e o Des. Rui Garcia Dias passou a responder pela Corregedoria-Geral de Justiça.



Posse - Des. Leão Neto do Carmo



Posse - Des. Jesus de Oliveira Sobrinho



Posse - Des. Sérgio Martins Sobrinho



Posse - Des. Rui Garcia Dias



Plateia lota o Teatro Glauce Rocha durante a solenidade de instalação do Estado de MS - 01/01/1979



Almoço em comemoração da instalação do Estado de MS - Rádio Clube, Campo Grande (MS) - 01/01/1979

O primeiro dos três feitos distribuídos, um *habeas corpus*, foi impetrado pelo advogado Luiz Carlos Saldanha Rodrigues em favor do paciente José Francisco da Cruz, a fim de que o réu pudesse responder ao processo em que era acusado de ter matado Rita Messias Nazaré, em liberdade. O *habeas corpus*, de relatoria do Des. Sérgio Martins Sobrinho, foi denegado, por unanimidade, pela Turma Especial, em sessão do dia 24 de janeiro de 1979.

Além desse HC, no mesmo dia 9 de janeiro, foi distribuído o *habeas corpus*, tendo como paciente José Ferreira Guedes, impetrado por Luiz Otávio Gotardi, processo de origem da Comarca de Três Lagoas. O relator foi o Des. Jesus de Oliveira Sobrinho.

E ainda, na primeira sessão foi distribuído também o *habeas corpus*, de origem da Comarca de Dourados, impetrado por Jayr Ricardo de Souza, tendo como paciente Ely Alby, ao relator Des. Rui Garcia Dias. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada. A ata em questão foi redigida pela então Diretora Geral da Secretaria do Tribunal, Itsume Murakami.

O primeiro mandado de segurança foi impetrado em 15 de janeiro de 1979, por Waldomiro Alves Monteiro, contra decisão do juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Dourados, o qual concedeu, liminarmente, a manutenção da posse de terras localizadas no município de Dourados, em favor de José Palmeira. O mandado de segurança teve pedido de liminar negado pelo Des. Leão Neto do Carmo, relator do processo.

Três novas vagas de desembargador foram criadas com a Lei Estadual nº 39/79, que alterou o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, revogando o Decreto-Lei nº 31. Assim, foram promovidos os juizes Milton Malulei e Athayde Nery de Freitas e, pelo quinto constitucional, passou a fazer parte da Corte o procurador de justiça Nelson Mendes Fontoura. A solenidade de posse dos três novos desembargadores foi realizada no dia 1º de fevereiro de 1980.

Com a nova composição do Tribunal Pleno, as Turmas também mudaram. Da Turma Criminal fizeram parte os desembargadores Sérgio Martins Sobrinho, Assis Pereira da Rosa, Higa Nabukatsu e Milton Malulei. A Turma Cível era composta pelos desembargadores Jesus de Oliveira Sobrinho, Gerval Bernardino de Souza, Nelson Mendes Fontoura e Athayde Nery de Freitas.



CAPÍTULO III

ODER JUDICIÁRIO DE MS: 30 ANOS DEPOIS



Palácio da Justiça Des. Leão Neto do Carmo - Sede do Tribunal de Justiça de MS - Parque dos Poderes - Campo Grande (MS)



O ano de 2009 representa um grande marco para a justiça sul-mato-grossense. São 30 anos de instalação e muito a comemorar. Nesse período, as inovações, os esforços e os investimentos foram direcionados para o crescimento e desenvolvimento da justiça.

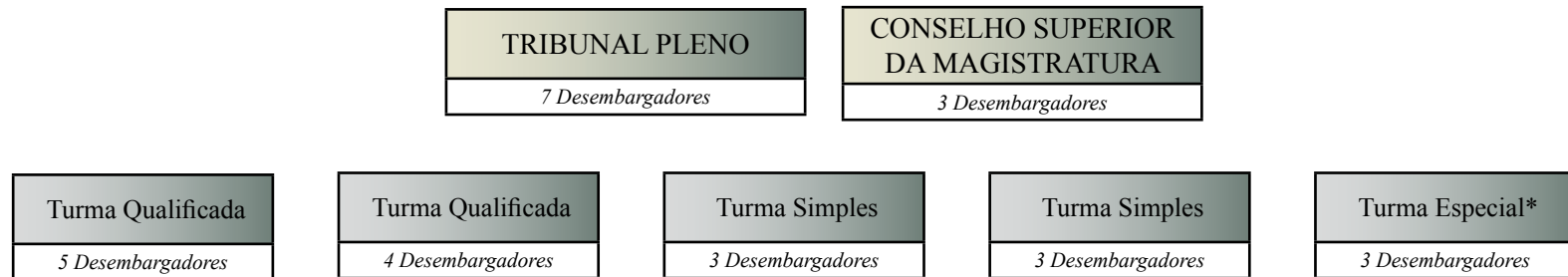
Em 1979, quando o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul foi instalado, havia um moderado, mas efetivo progresso econômico e social, além de avanços marcantes na área do desenvolvimento político. Havia a crise do petróleo, e imprevistos climáticos prejudicaram as atividades agropecuárias. O crescimento do PIB ficava entre 5% e 6% e houve aumento na exportação de produtos manufaturados.

Nesse começo, a justiça sul-mato-grossense não tinha prédios próprios, era composta por apenas 30 juízes, sete desembargadores e pouquíssimos servidores. Para instalar o Tribunal de Justiça foram alugados quatro andares do Edifício Cosmos, no centro da Capital. Durante o primeiro mês de funcionamento do Tribunal estruturou-se o quadro de pessoal da sua secretaria, fez-se o recrutamento e o treinamento dos servidores.

Final de ditadura e começo da abertura à democracia. Neste cenário o Poder Judiciário de MS nasceu em um novo Estado, com mais de 358 mil km² entre as terras mais férteis do Brasil, e cerca de 1,4 milhão de habitantes. Mato Grosso do Sul foi o primeiro Estado a se estabelecer desde a criação do Acre, em 1962, aumentando a responsabilidade dos que nele vieram habitar.

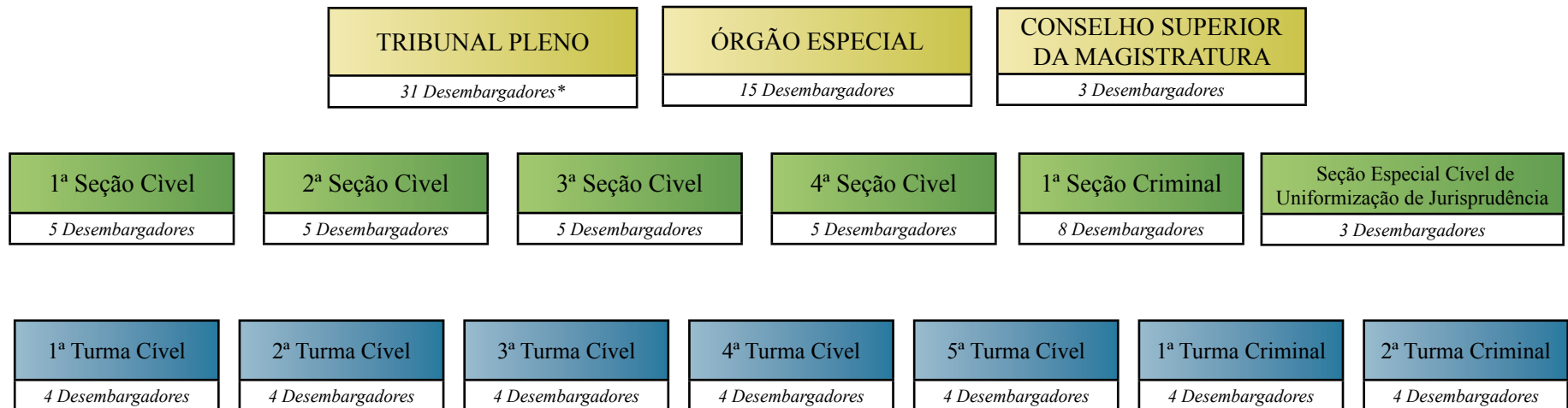
No dia 8 de janeiro de 1979 houve a instalação solene do Tribunal de Justiça e, em seu discurso de posse como presidente do TJMS, o Des. Leão Neto do Carmo disse ao então governador Harry Amorim Costa: “Pode Vossa Excelência ter certeza de que a justiça deste Estado, liderada por juízes de tal jaez, há de construir na sua trajetória futura uma história assinalada pela perfeita medida entre o Direito e a justiça de tal forma que o mais simples dentre os seus governados possa repetir sempre a axiomática asserção de Raymond Poincaré: ‘Não temo as leis más, se aplicadas por bons juízes. Diz-se que a lei é inflexível; não o creio. Em todo texto há uma solicitação. A lei é morta; o magistrado é vivo’. Nisto está a vantagem dele sobre ela”.

∞ Estrutura dos órgãos julgadores do TJMS - 1979



* Formada pelos membros integrantes do Conselho Superior da Magistratura, atuava somente nas férias coletivas.

∞ Estrutura dos órgãos julgadores do TJMS - 2009



* 30 Desembargadores e 1 cargo vago.

E assim foi feito. Trinta anos depois, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul está 100% informatizado, com prédios próprios em 45 das 54 comarcas, todos eles dotados de mobiliários e equipamentos modernos e adequados para o trabalho, além de um quadro de pessoal formado por mais de 3.300 servidores em todo o Estado, qualificados para o atendimento contínuo ao jurisdicionado, resultado dos investimentos realizados nas últimas três décadas.

Com 177 juízes e 31 desembargadores*, a justiça sul-mato-grossense reflete o crescimento da população e seus conflitos. Somente em segundo grau o cidadão pode contar com o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, cinco Turmas Cíveis, quatro Seções Cíveis, duas Turmas Criminais, uma Seção Criminal, uma Seção Especial Cível, além da Ouvidoria Judiciária e do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Dados de janeiro a outubro de 2009 apontam 227.672 processos distribuídos no 1º Grau e 223.618 julgados, enquanto em 2º Grau foram distribuídos 42.402 e julgados 45.860 feitos.

A demanda está em constante ascendência, porém o amplo acesso à prestação jurisdicional é possibilitado ao cidadão por diversos meios. Enquanto o mundo se debate no paradoxo entre o avanço da modernidade e a busca de um planeta sustentável, o jurisdicionado em Mato Grosso do Sul pode desfrutar do sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais, de comunicação de atos e de transmissão de peças processuais. Chamado de peticionamento eletrônico, o serviço permite que advogados peticionem inicial e intermediariamente, estando disponível em 16 varas digitais. Essa nova forma de trabalho, além da rapidez, proporciona mais respeito ao meio ambiente a partir do momento em que evita a utilização de papel.

Vive-se a era digital e a tecnologia está cada vez mais presente no dia-a-dia do cidadão. Exemplo disso é o sistema de alvará eletrônico, desenvolvido como medida para melhoria do processo de aprovação de alvarás da Conta Única. Não há notícias de sistemas semelhantes em todo o país. Nos moldes e para os fins que o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul projetou, o sistema é inédito e inovador.

* 30 Desembargadores e 1 cargo vago.

Mais um exemplo da tecnologia presente na vida do cidadão que busca a resolução de seus conflitos na justiça é a inspeção virtual, um aplicativo que auxilia a atividade correicional sem a necessidade do comparecimento físico da equipe de correição. Na inspeção virtual, verifica-se, entre outras coisas, a correção das fases processuais e das paralisações, das informações disponibilizadas ao público e se os despachos e sentenças estão vinculados.

As relações no mundo estão modificadas. Os meios de comunicação e as várias formas de interação entre as pessoas são cada vez mais dinâmicas. A cada segundo a informação é disseminada. Todos, sem exceção, de alguma forma, vivem conectados.

E o Judiciário, reconhecido como um dos poderes mais abertos às inovações e desenvolvimento, está se destacando como um dos pioneiros no uso da tecnologia em benefício da população. O Superior Tribunal de Justiça tornou-se o primeiro Tribunal Superior a lançar o projeto “Justiça na Era Virtual”, contando com a adesão dos tribunais brasileiros na remessa dos autos, em grau de recurso, de forma digital. O encaminhamento dos recursos agora dispensa papel e custos de logística, além de ser benéfico ao meio ambiente.

Na comarca de Campo Grande quatro novas varas totalmente digitais, com competências exclusivas, foram instaladas. O processamento é totalmente eletrônico.

Com o funcionamento dessas varas, esperava-se uma redução média de, no mínimo, 40% da demanda dos processos nas varas cíveis residuais de Campo Grande. E não foi só isso: estimava-se também a redução de 25% do tempo de tramitação do processo.

Mato Grosso do Sul foi o primeiro Estado do Brasil a ingressar com o processo digital em todas as fases processuais no juizado especial. Não se pode esquecer do Juizado Central de Campo Grande, com seis varas dos juizados especiais totalmente digitais.

Avanços podem ser sentidos em todas as áreas. O portal do Tribunal de Justiça consolidou-se como um dos principais veículos de comunicação entre o jurisdicionado e o Judiciário, além de disponibilizar vários serviços para facilitar a vida dos operadores da justiça, como o Diário da Justiça *on-line*.



Portal do TJMS



Intranet



Diário da Justiça on-line



Revista de Jurisprudência Eletrônica



Varas Digitais



Escola do Servidor



Peticionamento Eletrônico



Inspeção Virtual

Desde a edição nº 1.644, o Diário da Justiça passou a ser veiculado exclusivamente na versão eletrônica. Cada edição contém, em média, mais de 300 páginas, com acesso a custo zero para a população. Basta acessar o *link* na página inicial do TJMS.

A publicação é liberada para consulta até as 15 horas do dia anterior à referida data do Diário da Justiça, atendendo anseios de muitos advogados que se beneficiam com as informações disponibilizadas na tarde do dia anterior à respectiva data da publicação.

Além disso, o portal corporativo consolidou-se como instrumento de comunicação utilizado para conectar todos os servidores no Estado. O sistema oferece acesso a um serviço de comunicação exclusivo e inédito, inclusive com movimentação eletrônica de documentos e processos administrativos.

Em três décadas, muitos desafios foram vencidos. Em comarcas onde não havia água encanada, asfalto e faltava energia elétrica, hoje é possível encontrar os mais avançados programas eletrônicos a serviço do cidadão. A vontade de crescer de magistrados, servidores e administradores do Judiciário prevaleceu e a justiça sul-matogrossense tornou-se exemplo de modernidade, em consequência de uma magistratura operante e eficiente.

Houve um aumento das exigências da sociedade quanto à velocidade da informação, de procedimentos e da prestação de serviços mais eficientes. A disponibilização da consulta processual no portal do judiciário é mais uma mostra do compromisso com a transparência, além da comodidade.

O Sistema *Push* é outra alternativa eficiente para acompanhamento processual, pois envia a advogados e partes cadastrados, via *e-mail*, informações atualizadas sobre os processos, contribuindo com a agilidade na prestação jurisdicional do TJMS.

A globalização - um dos processos de aprofundamento da integração econômica, social, cultural, política, impulsionada no final do século XX e início do século XXI - também alcançou a justiça facilitando muitas conquistas.

Despachos podem ser proferidos da casa do magistrado, em caso de urgência. Basta acessar o processo, assinar e encaminhar eletronicamente- tudo de um computador pessoal. Prestação jurisdicional com a mesma qualidade e na hora. Outra novidade: o divórcio pode ser solicitado via *internet* e se ainda não bastasse, as audiências podem ser feitas a distância.

O lançamento da Revista de Jurisprudência *on-line* é um marco na história da justiça sul-mato-grossense e como tal deve ser comemorado, já que o TJMS passa a disponibilizar trimestralmente na rede mundial de computadores uma rigorosa seleção de doutrina e jurisprudência de assuntos contemporâneos.

A instituição de um sistema de Gestão Ambiental, fundamentado no tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável, demonstra que ações desenvolvidas na busca constante da informatização de procedimentos e serviços, dentre outras medidas, destacam a postura ecologicamente responsável do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, tendo como um de seus grandes focos do trabalho a redução de despesas, atendendo assim, necessidades ilimitadas com recursos limitados.

A videoaudiência pode ser considerada uma das grandes vitórias da justiça brasileira. Antes mesmo que o Supremo Tribunal Federal aprovasse o interrogatório a distância, em Mato Grosso do Sul, uma das Varas de Execução Penal de Campo Grande começou a trabalhar com essa tecnologia em tempo real.

Outra inovação foi o júri simultâneo, procedimento que teve sua legalidade validada no Conselho Nacional de Justiça. Os conselheiros não viram impedimento legal para a realização dos júris simultâneos, pelo fato de não haver discordância das partes, do Ministério Público e da defesa, bem como por ser toda sessão gravada em tempo real e o juiz acompanhar os dois julgamentos, de forma virtual.

A implantação de ouvidorias nos tribunais tornou-se obrigatória, com a Emenda Constitucional nº 45, porém antes mesmo dessa inovação na carta magna, os serviços prestados pela Ouvidoria do TJMS se destacavam como importante instrumento de garantia do cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo.

A Ouvidoria não recebe apenas reclamações, mas também elogios quanto aos serviços e atendimentos dos magistrados e servidores do judiciário. Quem procura este serviço pode encontrá-lo no link da página do TJMS, no posto de atendimento do Fórum da Capital, pode enviar mensagens por *e-mail* ou utilizar o Alô Justiça. O acesso está garantido.

Em 30 anos, a democracia se fortaleceu. O Brasil, como Estado Democrático de Direito e fundamentado no princípio da separação dos Poderes, direcionou esforços para solucionar também questões sociais. O Judiciário Sul-mato-grossense, desde a era Geisel, tem mostrado que suas ações são focadas sempre no jurisdicionado, o cidadão que busca na justiça a solução dos seus problemas.

Em âmbito nacional também houve uma grande evolução. As mudanças começaram quando foi publicada, em 30 de dezembro de 2004, a Emenda Constitucional nº 45, que trata da reforma do Judiciário, reforçada com a assinatura do “Pacto de Estado por um Judiciário mais rápido e republicano”, firmado pelos Chefes dos Três Poderes. A partir de então, a reforma da justiça ganhou espaço e força institucional. Iniciou-se uma intensa discussão sobre a necessidade de planejar e identificar, com dados e números objetivos, os principais gargalos da Justiça. Fez-se o diagnóstico e descobriu-se que o Poder Judiciário precisava urgentemente de profundas mudanças.

Mesmo com a adoção de medidas progressistas, próprias de administradores com visão ampla e de futuro, ainda existe um árduo caminho a ser percorrido antes que a justiça brasileira alcance um modelo mais eficaz de sistema judicial. A utilização das novas tecnologias certamente permitirá superar em muito os entraves burocráticos, contudo somente sob a tutela de administrações competentes será possível transformar efetivamente a visão distorcida que a sociedade tem da justiça, tão atacada pela morosidade.



CAPÍTULO IV

MAGISTRADOS



Vista parcial da mesa que presidiu a solenidade de posse dos Desembargadores Assis, Higa e Gerval. Ao centro, o Governador Harry Amorim Costa, à direita (na foto) o Deputado Londres Machado, Presidente da Assembleia Legislativa, e à esquerda o Desembargador Leão Neto do Carmo, presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul - Tribunal Pleno - Sala de Sessões da Câmara Municipal de Campo Grande - 30/01/1979

∞ 1979: 34 magistrados começam a história de um judiciário

Em virtude da divisão do Estado de Mato Grosso, em 1978, os Desembargadores Leão Neto do Carmo, Jesus de Oliveira Sobrinho e Sérgio Martins Sobrinho deixaram o Tribunal de Mato Grosso e assumiram como os primeiros desembargadores do recém-criado Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, juntamente com Rui Garcia Dias, juiz da 2ª Vara Cível de Campo Grande, promovido a desembargador.

Quanto aos juízes de 1º grau, em 1979, Mato Grosso do Sul contava com 30 magistrados assim distribuídos:

José Carlos C. de C. Alvim, juiz titular da Comarca de Amambai;

Luiz Carlos Santini, juiz titular da Comarca de Aparecida do Taboado;

Manoel V. Teixeira, juiz titular da 2ª Vara da Comarca de Aquidauana;

Aleixo Paraguassú Netto, juiz titular da Comarca de Bataguassu;

Oswaldo Ramanzini, juiz titular da Comarca de Bela Vista;

José Nunes da Cunha, juiz titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande;

Milton Malulei, juiz titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande;

Athayde Nery de Freitas, juiz titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande;

Assis Pereira da Rosa, juiz titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande;

Amílcar Silva, juiz titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande;

José de Ribamar Araújo, juiz titular da Comarca de Cassilândia;

Antônio Luiz F. Moreira, juiz titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Corumbá;

Marco Antônio Cândia, juiz titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Corumbá;

Amando de Lima, juiz titular da Vara Criminal da Comarca de Corumbá;

Rêmolio Letteriello, juiz titular da Comarca de Coxim;

Wolney de Oliveira, juiz titular da 1ª Vara da Comarca de Dourados;

Gilberto da Silva Castro, juiz titular da Vara Criminal da Comarca de Dourados;

Silvio Aparecido Barbeta, juiz titular da Comarca de Fátima do Sul;

João Carlos Brandes Garcia, juiz titular da Comarca de Jardim;

Hamilton Carli, juiz titular da Comarca de Maracaju;

Valter José Rodrigues Contrera, juiz titular da Comarca de Miranda;

Rubens Bergonzi Bossay, juiz titular da Comarca de Naviraí;

José Augusto de Souza, juiz titular da Comarca de Nova Andradina;

Sydney Nunes Leite, juiz titular da Comarca de Ponta Porã;

Crescentino Sisti, juiz titular da Comarca de Porto Murtinho;

José Rizkallah, juiz titular da Comarca de Paranaíba;

Dagma Paulino dos Reis, juíza titular da Comarca de Rio Brillhante;

Paulo Tadeu Haendchen, juiz titular da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso;

Gerval Bernardino de Souza, juiz titular da 1ª Vara da Comarca de Três Lagoas;

Nildo de Carvalho, juiz titular da 2ª Vara da Comarca de Três Lagoas.

Formaram, assim, o primeiro quadro da magistratura sul-mato-grossense, um total de 34 magistrados que faziam parte, até então, do Poder Judiciário de Mato Grosso: quatro desembargadores e 30 juízes de direito.

☞ Tribunal de Justiça: crescimento e renovação no judiciário em 2º Grau

Além dos quatro desembargadores que deram início à justiça de 2º Grau em MS, outros 46 desembargadores já fizeram ou ainda fazem parte do judiciário sul-mato-grossense, todos deixando como legado uma marca de trabalho e luta em prol de uma sociedade mais justa.

A Lei Complementar nº 31, que instituiu o Estado de Mato Grosso do Sul e estabeleceu a criação do Tribunal de Justiça, determinou que, inicialmente, o órgão seria composto por sete desembargadores. Para preencher este quadro e se juntar aos desembargadores Leão Neto do Carmo, Jesus de Oliveira Sobrinho, Sérgio Martins Sobrinho e Rui Garcia Dias, no dia 30 de janeiro de 1979 tomavam posse, promovidos a desembargadores, os juizes de Direito Gerval Bernardino de Souza, Assis Pereira da Rosa e o advogado Higa Nabukatsu, pelo quinto constitucional.

No final do mesmo ano, por meio da Lei nº 39, foram criadas outras três vagas de desembargador. Em 1º de fevereiro de 1980 foram empossados os juizes Milton Malulei, Athayde Nery de Freitas e o procurador de justiça Nelson Mendes Fontoura, pelo quinto constitucional.

No dia 1º de dezembro de 1983, o juiz José Rizkallah foi empossado desembargador, promovido em substituição ao Des. Assis Pereira da Rosa, que se aposentou.

Em 28 de março de 1985, o juiz José Nunes da Cunha assumiu o cargo de desembargador, em substituição ao Des. Athayde Nery de Freitas, o qual se aposentou em 15 de março de 1985.

No dia 15 de agosto de 1986, o juiz Marco Antônio Cândia tomou posse como desembargador, em razão da aposentadoria do Des. José Nunes da Cunha.

No dia 11 de junho de 1986 foi promovido a desembargador o juiz Gilberto da Silva Castro e no dia 30 de outubro de 1986 foi empossado como desembargador Nildo de Carvalho. Eles ocuparam as vagas deixadas, respectivamente, pelos desembargadores Leão Neto do Carmo e Sérgio Martins Sobrinho, que se aposentaram.

Em 2 de abril de 1987 tomou posse como desembargador o juiz Rêmolo Letteriello em razão da aposentadoria do Des. Jesus de Oliveira

Sobrinho. No dia 24 de junho foi promulgada a Lei nº 726/87 que criou outras cinco vagas de desembargador, sendo que no dia 7 de agosto de 1987 tomaram posse os juizes promovidos: José Carlos Corrêa de Castro Alvim, José Augusto de Souza, Alécio Antônio Tamiozzo, Rubens Bergonzi Bossay e o advogado Claudionor Miguel Abss Duarte, pelo quinto constitucional.

No dia 2 de agosto de 1990, foram empossados mais seis desembargadores devido à ampliação, por meio da Lei nº 1.054, de 19 de junho de 1990, que aumentou o número de 15 para 21 cargos de desembargador. Foram promovidos os juizes João Carlos Brandes Garcia, Oswaldo Rodrigues de Melo, Dagma Paulino dos Reis, Hamilton Carli e Elpidio Helvécio Chaves Martins e o procurador de justiça José Benedicto Figueiredo, pelo quinto constitucional.

Em 9 de maio de 1991, o juiz Luiz Carlos Santini foi empossado desembargador para ocupar a vaga deixada pelo Des. José Rizkallah que se aposentou. No



Des. Sérgio Martins Sobrinho e os desembargadores recém-empossados, Gerval Bernardino de Souza e Higa Nabukatsu
Sala de Sessões da Câmara Municipal de Campo Grande - 30/01/1979

mesmo ano, em 20 de junho, foi a vez do juiz Josué de Oliveira tomar posse como desembargador em razão do falecimento do Des. José Carlos Corrêa de Castro Alvim.

Em 10 de outubro, também de 1991, foi promovido a desembargador o juiz Frederico Farias de Miranda, em virtude da aposentadoria do Des. Gerval Bernardino de Souza. E ainda, em 28 de novembro de 1991, o advogado Carlos Stephanini foi empossado desembargador pelo quinto constitucional para ocupar a vaga deixado pelo Des. Higa Nabukatsu, em razão de sua aposentadoria.

No dia 9 de março de 1995 foi empossado como desembargador o juiz Joenildo de Sousa Chaves, em razão da aposentadoria da Des. Dagma Paulino dos Reis e, em 14 de setembro, promovido a desembargador o juiz Atapoã da Costa Feliz, em razão da aposentadoria do Des. Frederico Farias de Miranda.

Em 19 de setembro de 1996, o juiz Hildebrando Coelho Neto foi empossado como desembargador em razão da aposentadoria do Des. Alcício A. Tamiozzo. E, em 5 de junho de 1997, o juiz João Maria Lós tomou posse como desembargador em virtude do falecimento do Des. Milton Malulei.

O juiz Jorge Eustácio da Silva Frias tomou posse como desembargador em 4 de março de 1999, em razão da aposentadoria do Des. Marco Antônio Cândia.

Em 2 de março de 2000 foram empossados mais quatro desembargadores, devido à ampliação, por meio da Lei nº 2.049/99, da composição do Tribunal Pleno, de 21 para 25 magistrados. Foram promovidos os juízes Divoncir Schreiner Maran, Ildeu de Souza Campos e Paulo Alfeu Puccinelli e o advogado Horácio Vanderlei Nascimento Pithan, pelo quinto constitucional. No dia 9 de junho do mesmo ano 2000, o procurador de justiça João Batista da Costa Marques foi empossado desembargador, para ocupar a vaga deixada pelo Des. Nelson Mendes Fontoura, que se aposentou.

No dia 20 de novembro de 2003, a procuradora de justiça Tânia Garcia de Freitas Borges, foi empossada como desembargadora pelo quinto constitucional, em razão da aposentadoria do Des. José Benedicto de Figueiredo.

Em 2 de março de 2005, foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, o magistrado Paschoal Carmello Leandro, em razão da aposentadoria do Des. Rui Garcia Dias.

No dia 3 de março de 2006, foi empossada no cargo de desembargadora a juíza Marilza Lúcia Fortes, em razão da aposentadoria do Des. Nildo de Carvalho.

O juiz Julizar Barbosa Trindade foi empossado no cargo de desembargador em 21 de março de 2007, em razão da aposentadoria do Des. Jorge Eustácio da Silva Frias.

No mesmo ano, no dia 16 de maio, o juiz Romero Osme Dias Lopes foi empossado para o cargo de desembargador do TJ, em virtude da aposentadoria do Des. José Augusto de Souza. E ainda, em 29 de agosto de 2007, foi empossado como desembargador o Procurador de Justiça, Carlos Eduardo Contar, pelo 5º Constitucional, para ocupar a vaga deixada pelo Des. Horácio Vanderlei Nascimento Pithan, que se aposentou.

No dia 21 de novembro, também de 2007 e pelo quinto constitucional, tomou posse como desembargador o advogado Sérgio Fernandes Martins, em virtude da aposentadoria do Des. Carlos Stephanini.

No dia 28 de julho de 2008 tomaram posse como desembargador os juízes Sideni Soncini Pimentel; Dorival Renato Pavan; Vladimir Abreu da Silva e o advogado Luiz Tadeu Barbosa Silva (pelo quinto constitucional), em virtude da criação das vagas pela Lei nº 3.507, de 7 de maio de 2008. Com a posse dos quatro novos desembargadores, o TJMS passou a ter 29 desembargadores, com o acréscimo de uma seção e uma turma cíveis, além do Órgão Especial, composto por 15 desembargadores.

Em 3 de setembro de 2008 o magistrado Fernando Mauro Moreira Marinho tomou posse como desembargador, para ocupar a vaga do Des. Hamilton Carli, que se aposentou.

No dia 22 de abril de 2009, o juiz Júlio Roberto Siqueira Cardoso foi empossado no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em virtude da aposentadoria do Des. Gilberto da Silva Castro.

Em 9 de setembro de 2009, o juiz Dorival Moreira dos Santos foi empossado desembargador, em razão da Lei nº 3.658, de 30 de abril de 2009, que criou mais duas vagas de desembargador no TJMS, totalizando 31 cargos de desembargador no judiciário sul-mato-grossense.

Atualmente encontra-se vago um cargo de desembargador, em virtude de contestação judicial do critério para indicação da vaga pelo Ministério Público Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul, e Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul.



Vista do Tribunal Pleno - Novembro de 2009

∞ Composição do Tribunal Pleno

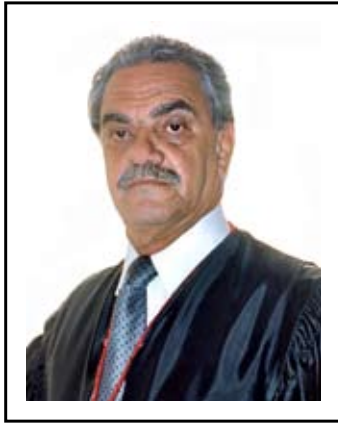


Desembargadores que compõem o Tribunal Pleno - Novembro de 2009

Em pé (primeira fila, da esquerda para a direita) - Rêmolo Letteriello, Rubens Bergonzi Bossay, Claudionor Miguel Abss Duarte, João Carlos Brandes Garcia, Oswaldo Rodrigues de Melo, Elpídio Helvécio Chaves Martins, Luiz Carlos Santini, Josué de Oliveira, Joenildo de Sousa Chaves e Atapoã da Costa Feliz

Em pé (fila do meio) - Hildebrando Coelho Neto, João Maria Lós, Ildeu de Souza Campos, Divoncir Schreiner Maran, Paulo Alfeu Puccinelli, João Batista da Costa Marques, Tânia Garcia de Freitas Borges, Paschoal Carmello Leandro, Marilza Lúcia Fortes e Julizar Barbosa Trindade

Sentados - Romero Osme Dias Lopes, Carlos Eduardo Contar, Sérgio Fernandes Martins, Sideni Soncini Pimentel, Dorival Renato Pavan, Vladimir Abreu da Silva, Luiz Tadeu Barbosa Silva, Fernando Mauro Moreira Marinho, Júlio Roberto Siqueira Cardoso e Dorival Moreira dos Santos



1



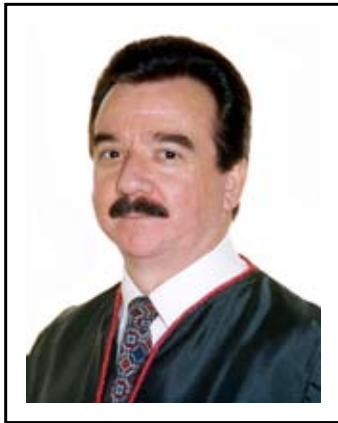
2



3



4



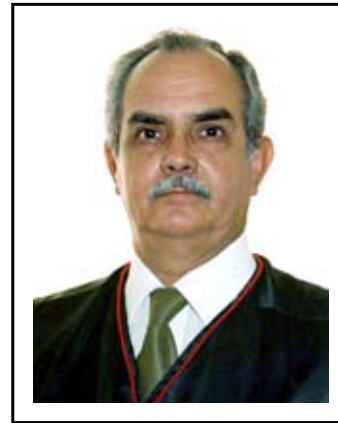
5



6



7



8

∞ Desembargadores



9



10



11



12

1. Des. Rêmolo Letteriello
2. Des. Rubens Bergonzi Bossay
3. Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
4. Des. João Carlos Brandes Garcia
5. Des. Oswaldo Rodrigues De Melo
6. Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins
7. Des. Luiz Carlos Santini
8. Des. Josué de Oliveira
9. Des. Joenildo de Sousa Chaves
10. Des. Atapoã da Costa Feliz
11. Des. Hildebrando Coelho Neto
12. Des. João Maria Lós
13. Des. Ildeu de Souza Campos
14. Des. Divoncir Schreiner Maranhão
15. Des. Paulo Alfeu Puccinelli



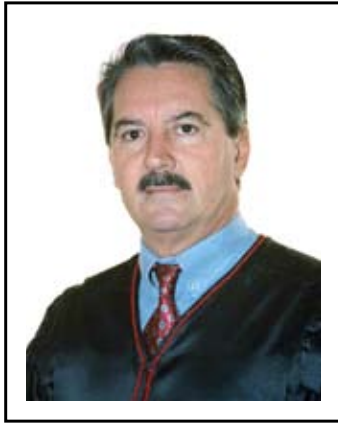
13



14



15



16



17



18



19



20



21



22



23

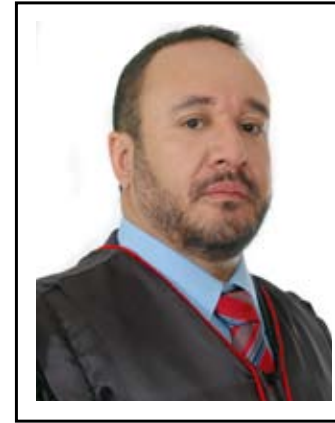
∞ Desembargadores



24



25



26



27

16. Des. João Batista da Costa Marques

17. Desª. Tânia Garcia de Freitas Borges

18. Des. Paschoal Carmello Leandro

19. Desª. Marilza Lúcia Fortes

20. Des. Julizar Barbosa Trindade

21. Des. Romero Osme Dias Lopes

22. Des. Carlos Eduardo Contar

23. Des. Sérgio Fernandes Martins

24. Des. Sideni Soncini Pimentel

25. Des. Dorival Renato Pavan

26. Des. Vladimir Abreu da Silva

27. Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

28. Des. Fernando Mauro Moreira Marinho

29. Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso

30. Des. Dorival Moreira dos Santos



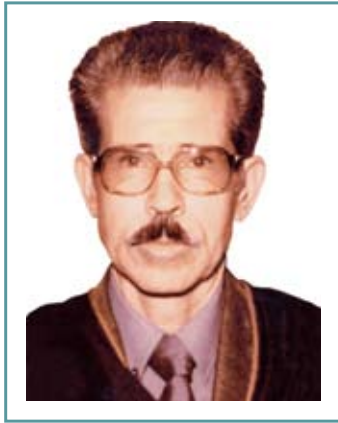
28



29



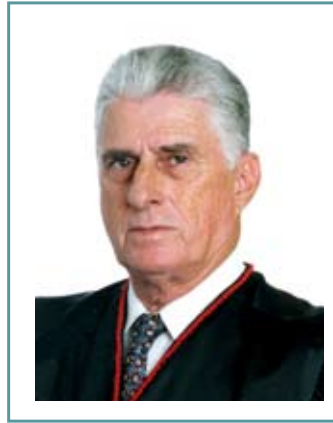
30



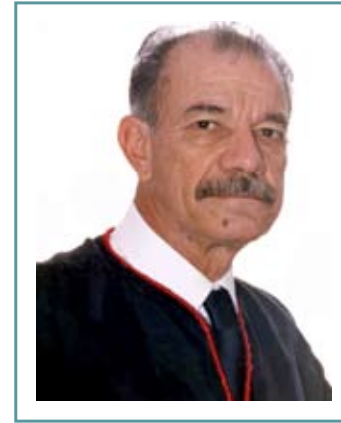
1



2



3



4



5



6

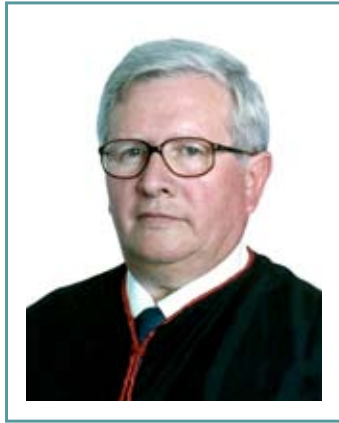


7

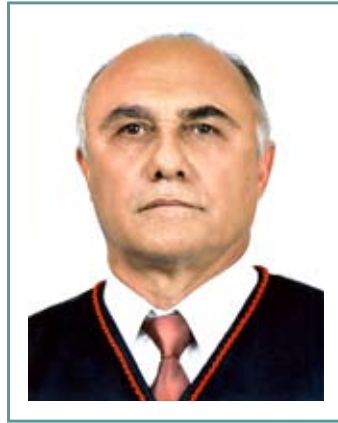


8

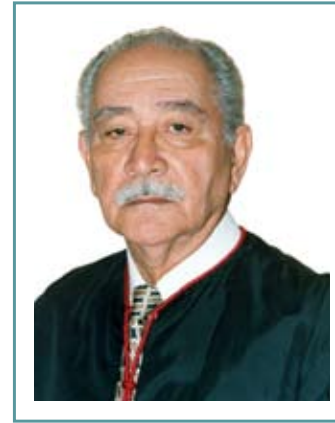
∞ Desembargadores Aposentados



9



10



11



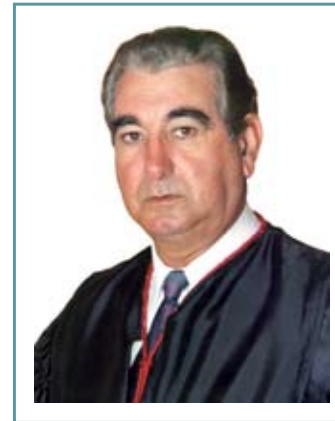
12

☞ Aposentados

1. Des. Assis Pereira da Rosa
2. Des. Athayde Nery de Freitas
3. Des. Sérgio Martins Sobrinho
4. Des. Jesus de Oliveira Sobrinho
5. Des. José Rizkallah
6. Des. Higa Nabukatsu
7. Desª. Dagma Paulino dos Reis
8. Des. Frederico Farias de Miranda
9. Des. Alécio Antônio Tamiozzo
10. Des. Marco Antônio Cândia
11. Des. Nelson Mendes Fontoura
12. Des. José Benedicto de Figueiredo
13. Des. Rui Garcia Dias
14. Des. Nildo de Carvalho
15. Des. Jorge Eustácio da Silva Frias



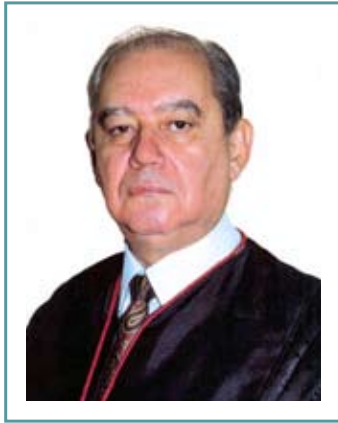
13



14



15



16



17



18



19



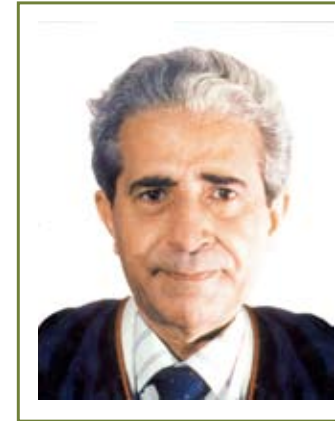
20

- 16. Des. José Augusto de Souza
- 17. Des. Horácio Vanderlei Nascimento Pithan
- 18. Des. Carlos Stephanini
- 19. Des. Hamilton Carli
- 20. Des. Gilberto da Silva Castro

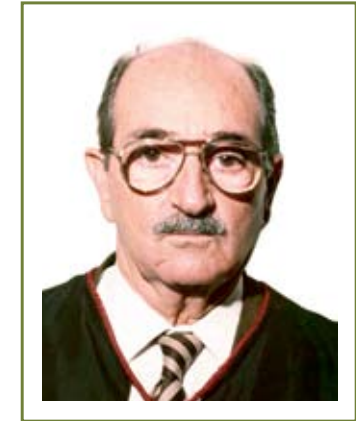
∞ Desembargadores Aposentados



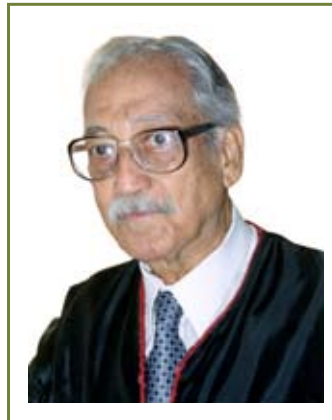
1



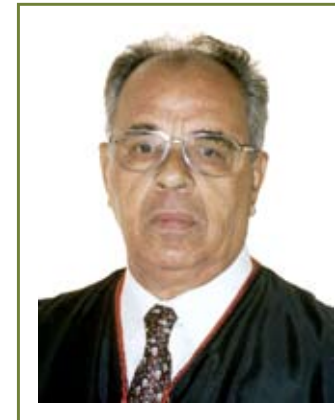
2



3



4



5



6

∞ In Memoriam

- | | | |
|----|---|-------------------------|
| 1. | Des. Leão Neto do Carmo | 27/03/1932 - 15/01/1991 |
| 2. | Des. José Carlos Corrêa de Castro Alvim | 16/09/1932 - 01/05/1991 |
| 3. | Des. Milton Malulei | 02/07/1928 - 13/05/1997 |
| 4. | Des. José Nunes da Cunha | 18/11/1927 - 30/09/2002 |
| 5. | Des. Gerval Bernardino de Souza | 03/07/1933 - 31/07/2007 |
| 6. | Des. Juarez Mancini | 31/12/1928 - 29/11/2008 |

∞ In Memoriam

∞ Magistratura: evolução do quadro de juízes em MS

Atualmente, fazem parte da magistratura sul-mato-grossense: 77 juízes de Direito de Entrância Especial; 66 juízes de Direito de 2ª Entrância, 24 juízes de Direito de 1ª Entrância; e 10 juízes substitutos, num total de 177 juízes.

Este quadro de juízes de direito e substitutos atua nas 54 Comarcas do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul; distribuídos em 151 varas; 15 varas de juzados especiais; três entrâncias e 53 juzados especiais adjuntos.

No mês de outubro de 1979 realizaram-se as provas do primeiro concurso da magistratura em Mato Grosso do Sul, sendo aprovados para o cargo de Juiz de Direito os candidatos (em ordem alfabética): Abrão Razuk, Alécio Antônio Tamiozzo, Atapoã da Costa Feliz, Frederico Farias de Miranda, Gilson Barbosa dos Santos, Ildeu de Souza Campos, José Lamartine Satyro (desistente) e Oswaldo Rodrigues de Melo.

Após este, foram realizados mais dois concursos para Juiz de Direito, um em 1980, com 11 candidatos aprovados, e o outro em 1981, com 10 aprovados.

A partir de 1982 começaram a ser realizados concursos para o cargo de Juiz Substituto, sendo que no primeiro foram aprovados 17 candidatos. De lá para cá foram realizados mais 27 certames que proveram o judiciário de MS com operosos magistrados para atender o jurisdicionado sul-mato-grossense.



1º Concurso para o cargo de Juiz de Direito - Outubro de 1979

Da esquerda para a direita: Alécio Antônio Tamiozzo, Des. Jesus de Oliveira Sobrinho (Banca examinadora), Oswaldo Rodrigues de Melo, Frederico Farias de Miranda, Des. Leão Neto do Carmo (Banca examinadora), Abrão Razuk, Gilson Barbosa dos Santos, José Lamartine Satyro (desistente) e Atapoã da Costa Feliz

Confira a tabela de todos os certames realizados em MS nos seus 30 anos de história.



XXVIII Concurso para o cargo de Juiz Substituto - Janeiro de 2009

Da esquerda para a direita: Marcelo Guimarães Marques, Fernando Moreira Freitas da Silva, Tatiana Decarli, Alysson Kneip Duque, Walther Arthur Alge Netto, Vinicius Pedrosa Santos, Marco Antônio Montagnana Moraes, Ricardo da Mata Reis, Rodrigo Pedrini Marcos, Luciana de Barros, Rodrigo Barbosa Sanches, Egúliell Ricardo da Silva, Maurício Cléber Miglioranzi Santos, Sabrina Rocha Margarido João, Nária Cassiana Silva Barros, Flávia Simone Cavalcante Costa, Thulio Marco Miranda e Samantha Ferreira Barione

CONCURSO PARA MAGISTRATURA	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	CANDIDATOS APROVADOS
I Concurso para o cargo de Juiz de Direito	22/11/1979	08 candidatos
II Concurso para o cargo de Juiz de Direito	14/08/1980	11 candidatos
III Concurso para o cargo de Juiz de Direito	13/04/1981	10 candidatos
I Concurso para o cargo de Juiz Substituto	19/02/1982	17 candidatos
II Concurso para o cargo de Juiz Substituto	07/04/1983	10 candidatos
III Concurso para o cargo de Juiz Substituto	22/03/1984	06 candidatos
IV Concurso para o cargo de Juiz Substituto	02/05/1985	06 candidatos
V Concurso para o cargo de Juiz Substituto	06/02/1986	03 candidatos
VI Concurso para o cargo de Juiz Substituto	11/09/1986	05 candidatos
VII Concurso para o cargo de Juiz Substituto	20/08/1987	02 candidatos
VIII Concurso para o cargo de Juiz Substituto	17/12/1987	03 candidatos
IX Concurso para o cargo de Juiz Substituto	12/05/1988	09 candidatos
X Concurso para o cargo de Juiz Substituto	04/08/1988	05 candidatos
XI Concurso para o cargo de Juiz Substituto	29/09/1988	17 candidatos
XII Concurso para o cargo de Juiz Substituto	24/11/1988	08 candidatos
XIII Concurso para o cargo de Juiz Substituto	28/06/1990	03 candidatos
XIV Concurso para o cargo de Juiz Substituto	20/12/1990	04 candidatos
XV Concurso para o cargo de Juiz Substituto	06/08/1992	07 candidatos
XVI Concurso para o cargo de Juiz Substituto	23/12/1993	07 candidatos
XVII Concurso para o cargo de Juiz Substituto	16/05/1996	13 candidatos
XVIII Concurso para o cargo de Juiz Substituto	31/05/1999	13 candidatos
XIX Concurso para o cargo de Juiz Substituto	29/10/1999	09 candidatos
XX Concurso para o cargo de Juiz Substituto	04/05/2000	07 candidatos
XXI Concurso para o cargo de Juiz Substituto	24/10/2000	07 candidatos
XXII Concurso para o cargo de Juiz Substituto	19/03/2001	04 candidatos
XXIII Concurso para o cargo de Juiz Substituto	02/07/2001	13 candidatos
XXIV Concurso para o cargo de Juiz Substituto	10/05/2002	24 candidatos
XXV Concurso para o cargo de Juiz Substituto	18/11/2004	07 candidatos
XXVI Concurso para o cargo de Juiz Substituto	16/12/2005	07 candidatos
XXVII Concurso para o cargo de Juiz Substituto	14/08/2006	13 candidatos
XXVIII Concurso para o cargo de Juiz Substituto	29/01/2009	18 candidatos

∞ Juizes de Direito

Lista com a relação dos juizes de Direito em atividade no judiciário sul-mato-grossense no mês de novembro de 2009, organizados por antiguidade na magistratura.

1.	Manoel Mendes Carli	I Concurso de Juiz
2.	Francisco Gerardo de Sousa	III Concurso de Juiz
3.	Carlos Alberto R. Gonçalves	IV Concurso de Juiz
4.	José Paulo Cinoti	IV Concurso de Juiz
5.	Maria Isabel de Matos Rocha	IV Concurso de Juiz
6.	Ruy Celso Barbosa Florence	V Concurso de Juiz
7.	João Mathias Filho	VI Concurso de Juiz
8.	Marco André Nogueira Hanson	VI Concurso de Juiz
9.	Paulo Rodrigues	VI Concurso de Juiz
10.	Eduardo Machado Rocha	VII Concurso de Juiz
11.	Luiz Gonzaga Mendes Marques	VII Concurso de Juiz
12.	Paulo César de Figueiredo	VIII Concurso de Juiz
13.	Amaury da Silva Kuklinski	VIII Concurso de Juiz
14.	Luiz Cláudio Bonassini da Silva	VIII Concurso de Juiz
15.	Mário Eduardo Fernandes Abelha	IX Concurso de Juiz
16.	Nélio Stábile	IX Concurso de Juiz
17.	Vilson Bertelli	IX Concurso de Juiz
18.	Geraldo de Almeida Santiago	IX Concurso de Juiz
19.	Marcelo Câmara Rasslan	IX Concurso de Juiz

20.	José Ale Ahmad Netto	IX Concurso de Juiz
21.	Aparecida Henrique Barbosa	IX Concurso de Juiz
22.	Marcos José de Brito Rodrigues	X Concurso de Juiz
23.	Odemilson Roberto Castro Fassa	X Concurso de Juiz
24.	Emerson Cafure	X Concurso de Juiz
25.	Jairo Roberto de Quadros	XI Concurso de Juiz
26.	Jonas Hass Silva Júnior	XI Concurso de Juiz
27.	Celso Antônio Schuch Santos	XI Concurso de Juiz
28.	Dileta Terezinha Souza Thomaz	XI Concurso de Juiz
29.	Marcos Antonio Sanches	XI Concurso de Juiz
30.	Ivo Salgado da Rocha	XI Concurso de Juiz
31.	Cléber José Corsato Barboza	XI Concurso de Juiz
32.	Zaloar Murat Martins de Souza	XI Concurso de Juiz
33.	Waldir Marques	XI Concurso de Juiz
34.	Danilo Burin	XI Concurso de Juiz
35.	Lúcio Raimundo da Silveira	XI Concurso de Juiz
36.	José Eduardo N. Meneghelli	XII Concurso de Juiz
37.	José Carlos de Souza	XII Concurso de Juiz
38.	Djailson de Souza	XIII Concurso de Juiz

39.	Cezar Luiz Miozzo	XIV Concurso de Juiz
40.	Wagner Mansur Saad	XIV Concurso de Juiz
41.	Jairo Luiz de Quadros	XIV Concurso de Juiz
42.	Elizabeth Tae Kinashi	II Concurso - Juiz de Direito
43.	José Berlangue Andrade	XV Concurso de Juiz
44.	Alexandre Corrêa Leite	XV Concurso de Juiz
45.	Sandra Regina da Silva R. Artioli	XV Concurso de Juiz
46.	Margarida Elisabeth Weiler	XV Concurso de Juiz
47.	Ricardo César C. Galbiati	XVI Concurso de Juiz
48.	Elizabete Anache	XVI Concurso de Juiz
49.	Elisabeth Rosa Baisch	XVI Concurso de Juiz
50.	José Henrique Neiva de C. e Silva	XVI Concurso de Juiz
51.	Fernando Paes de Campos	XVI Concurso de Juiz
52.	Alexandre Branco Pucci	XVI Concurso de Juiz
53.	Vítor Luís de Oliveira Guibo	XVII Concurso de Juiz
54.	Flávio Saad Peron	XVII Concurso de Juiz
55.	Ariovaldo Nantes Corrêa	XVII Concurso de Juiz
56.	Luiz Antônio Cavassa de Almeida	XVII Concurso de Juiz
57.	Aluizio Pereira dos Santos	XVII Concurso de Juiz
58.	Eliane de Freitas Lima Vicente	XVII Concurso de Juiz
59.	José Domingues Filho	XVII Concurso de Juiz
60.	Eduardo Magrinelli Júnior	XVII Concurso de Juiz
61.	Alexandre Antunes da Silva	XVII Concurso de Juiz
62.	Denize de Barros Dodero Rodrigues	XVIII Concurso de Juiz
63.	Carlos Alberto Garcete de Almeida	XVIII Concurso de Juiz

64.	Fábio Possik Salamene	XVIII Concurso de Juiz
65.	Ricardo Gomes Façanha	XVIII Concurso de Juiz
66.	Cíntia Xavier Letteriello Medeiros	XVIII Concurso de Juiz
67.	César Castilho Marques	XVIII Concurso de Juiz
68.	Sueli Garcia Saldanha	XVIII Concurso de Juiz
69.	David de Oliveira Gomes Filho	XVIII Concurso de Juiz
70.	Marcelo Andrade Campos Silva	XVIII Concurso de Juiz
71.	Maurício Petrauski	XVIII Concurso de Juiz
72.	Katy Braun do Prado	XVIII Concurso de Juiz
73.	Paulo Henrique Pereira	XVIII Concurso de Juiz
74.	Zidiel Infantino Coutinho	XIX Concurso de Juiz
75.	Gabriela Müller Junqueira	XIX Concurso de Juiz
76.	Daniela Vieira Tardin	XIX Concurso de Juiz
77.	Marilsa Aparecida da S. Baptista	XIX Concurso de Juiz
78.	Olivar Augusto R. Coneglian	XIX Concurso de Juiz
79.	Daniel Della Mea Ribeiro	XIX Concurso de Juiz
80.	Mariel Cavalin dos Santos Gomes	XIX Concurso de Juiz
81.	Paulo Afonso de Oliveira	XX Concurso de Juiz
82.	Joseliza Alessandra V. Turine	XX Concurso de Juiz
83.	Aldo Ferreira da Silva Junior	XX Concurso de Juiz
84.	Gil Messias Fleming	XX Concurso de Juiz
85.	Albino Coimbra Neto	XX Concurso de Juiz
86.	Juliano Rodrigues Valentim	XX Concurso de Juiz
87.	Vânia de Paula Arantes	XX Concurso de Juiz
88.	Alexandre Tsuyoshi Ito	XXI Concurso de Juiz

Juízes de Direito

89.	Wilson Leite Corrêa	XXI Concurso de Juiz
90.	José Rubens Senefonte	XXI Concurso de Juiz
91.	May Melke Amaral Penteado Siravegna	XXI Concurso de Juiz
92.	Eucélia Moreira Cassal	XXI Concurso de Juiz
93.	Márcio Alexandre Wust	XXI Concurso de Juiz
94.	Márcio Rogério Alves	XXII Concurso de Juiz
95.	Rubens Witzel Filho	XXII Concurso de Juiz
96.	Simone Nakamatsu	XXII Concurso de Juiz
97.	Jacqueline Machado	XXII Concurso de Juiz
98.	Roberto Ferreira Filho	XXIII Concurso de Juiz
99.	Francisco Vieira de A. Neto	XXIII Concurso de Juiz
100.	Saskia Elisabeth S. de Oliveira	XXIII Concurso de Juiz
101.	Thiago Nagasawa Tanaka	XXIII Concurso de Juiz
102.	Larissa Castilho da Silva Farias	XXIII Concurso de Juiz
103.	Caio Márcio de Britto	XXIII Concurso de Juiz
104.	Ana Carolina Farah B. da Silva	XXIII Concurso de Juiz
105.	Marcelo Ivo de Oliveira	XXIII Concurso de Juiz
106.	Patrícia Kelling Karloh	XXIII Concurso de Juiz
107.	Liliana de Oliveira Monteiro	XXIII Concurso de Juiz
108.	Atilio César de Oliveira Junior	XXIII Concurso de Juiz
109.	Waldir Peixoto Barbosa	XXIII Concurso de Juiz
110.	Rogério Ursi Ventura	XXIII Concurso de Juiz
111.	Bonifácio Hugo Rausch	XXIV Concurso de Juiz
112.	Larissa Ditzel Cordeiro Amaral	XXIV Concurso de Juiz
113.	César de Souza Lima	XXIV Concurso de Juiz
114.	Alessandro Carlo Meliso Rodrigues	XXIV Concurso de Juiz
115.	Luiz Felipe Medeiros Vieira	XXIV Concurso de Juiz

116.	Mauro Nering Karloh	XXIV Concurso de Juiz
117.	Renato Antonio de Liberali	XXIV Concurso de Juiz
118.	José de Andrade Neto	XXIV Concurso de Juiz
119.	Aline Beatriz de Oliveira	XXIV Concurso de Juiz
120.	Marcus Vinicius de Oliveira Elias	XXIV Concurso de Juiz
121.	Mario José Esbalqueiro Júnior	XXIV Concurso de Juiz
122.	Luciane Buriasco de Oliveira	XXIV Concurso de Juiz
123.	Luiz Alberto de Moura Filho	XXIV Concurso de Juiz
124.	Silvio César do Prado	XXIV Concurso de Juiz
125.	José Henrique Kaster Franco	XXIV Concurso de Juiz
126.	Alessandro Leite Pereira	XXIV Concurso de Juiz
127.	Rosângela Alves de Lima Fávero	XXIV Concurso de Juiz
128.	Marcel Henry Batista de Arruda	XXIV Concurso de Juiz
129.	Cássio Roberto dos Santos	XXIV Concurso de Juiz
130.	Adriana Lampert	XXIV Concurso de Juiz
131.	Paulinne Simões de Souza Arruda	XXIV Concurso de Juiz
132.	Jorge Tadashi Kuramoto	XXIV Concurso de Juiz
133.	Deni Luis Dalla Riva	XXIV Concurso de Juiz
134.	Eduardo Eugênio Siravegna Junior	XXV Concurso de Juiz
135.	Helena Alice Machado Coelho	XXV Concurso de Juiz
136.	Janine Rodrigues de Oliveira Trindade	XXV Concurso de Juiz
137.	Eduardo Floriano Almeida	XXV Concurso de Juiz
138.	Fernando Chemin Cury	XXV Concurso de Juiz
139.	Robson Celeste Candelorio	XXV Concurso de Juiz
140.	Fabio Henrique Calazans Ramos	XXV Concurso de Juiz
141.	Silvia Eliane Tedardi da Silva	XXVI Concurso de Juiz
142.	Ronaldo Gonçalves Onofri	XXVI Concurso de Juiz

143.	Emirene Moreira de Souza Alves	XXVI Concurso de Juiz
144.	Ellen Priscille Xandu Kaster Franco	XXVI Concurso de Juiz
145.	Cristiane Aparecida Biberg de Oliveira	XXVI Concurso de Juiz
146.	Emerson Ricardo Fernandes	XXVI Concurso de Juiz
147.	Daniela Endrice Rizzo	XXVI Concurso de Juiz
148.	Alexsandro Motta	XXVII Concurso de Juiz
149.	Plácido de Souza Neto	XXVII Concurso de Juiz
150.	Cláudio Muller Pareja	XXVII Concurso de Juiz
151.	Eduardo Lacerda Trevisan	XXVII Concurso de Juiz
152.	Anderson Royer	XXVII Concurso de Juiz
153.	Giuliano Máximo Martins	XXVII Concurso de Juiz
154.	Paulo Roberto Cavassa de Almeida	XXVII Concurso de Juiz
155.	Penélope Mota Calarge Regasso	XXVII Concurso de Juiz
156.	Jeane de Souza Barboza Ximenes	XXVII Concurso de Juiz
157.	Adriano da Rosa Bastos	XXVII Concurso de Juiz
158.	Tatiana Dias de Oliveira Said	XXVII Concurso de Juiz
159.	Marcus Abreu de Magalhães	XXVII Concurso de Juiz
160.	Walter Arthur Alge Netto	XXVIII Concurso de Juiz
161.	Vinícius Pedrosa Santos	XXVIII Concurso de Juiz
162.	Nária Cassiana Silva Barros	XXVIII Concurso de Juiz
163.	Tatiana Decarli	XXVIII Concurso de Juiz
164.	Fernando Moreira Freitas da Silva	XXVIII Concurso de Juiz
165.	Egüiliell Ricardo da Silva	XXVIII Concurso de Juiz
166.	Ricardo da Mata Reis	XXVIII Concurso de Juiz
167.	Alysson Kneip Duque	XXVIII Concurso de Juiz

∞ Juizes Substitutos

Lista com a relação dos juizes substitutos em atividade no judiciário sul-mato-grossense no mês de novembro de 2009, organizados por antiguidade na magistratura.

1.	Rodrigo Pedrini Marcos	XXVIII Concurso de Juiz
2.	Maurício Cléber Miglioranzi Santos	XXVIII Concurso de Juiz
3.	Luciana de Barros	XXVIII Concurso de Juiz
4.	Marco Antônio Montagnana Moraes	XXVIII Concurso de Juiz
5.	Sabrina Rocha Margarido João	XXVIII Concurso de Juiz
6.	Marcelo Guimarães Marques	XXVIII Concurso de Juiz
7.	Flávia Simone Cavalcante Costa	XXVIII Concurso de Juiz
8.	Thulio Marco Miranda	XXVIII Concurso de Juiz
9.	Rodrigo Barbosa Sanches	XXVIII Concurso de Juiz
10.	Samantha Ferreira Barione	XXVIII Concurso de Juiz

∞ Juizes de Direito

∞ Aposentados

1. **Sydney Nunes Leite** - concursado em MT
2. **Manoel Velludo Teixeira** - concursado em MT
3. **José de Ribamar Araujo** - concursado em MT
4. **Aleixo Paraguassu Netto** - concursado em MT
5. **Silvio Aparecido Barbeta** - concursado em MT
6. **Crescentino Sisti** - concursado em MT
7. **Wolney de Oliveira** - concursado em MT
8. **Valter José Rodrigues Contrera** - concursado em MT
9. **Amílcar Silva** - concursado em MT
10. **Adão Alves Teixeira** - III Concurso - Juiz de Direito
11. **Darion Leão Lino** - II Concurso - Juiz de Direito
12. **Valdevino Antônio dos Santos** - II Concurso - Juiz Substituto
13. **Roberto Iser** - III Concurso - Juiz de Direito
14. **Leni Rocha Menegazzo** - XIII Concurso - Juiz Substituto
15. **Carlos Ismar Baraldi** - XI Concurso - Juiz Substituto
16. **Fauser de Oliveira Maia** - II Concurso - Juiz Substituto
17. **Ademar Pereira** - I Concurso - Juiz Substituto
18. **Clóvis Borborema Santana** - I Concurso - Juiz Substituto
19. **Wilber José Palazzo** - II Concurso - Juiz de Direito
20. **Paulo César Pereira da Silva** - II Concurso - Juiz Substituto
21. **Luiz Carlos Saldanha Rodrigues** - II Concurso - Juiz Substituto
22. **Edna Serrou Camy** - XIV Concurso - Juiz Substituto
23. **Tenir Miranda** - I Concurso - Juiz Substituto
24. **Hélio Santos Rocha** - XII Concurso - Juiz Substituto
25. **Hermenegildo Vieira da Silva** - III Concurso - Juiz de Direito
26. **Manoel José de Araújo A. Neto** - II Concurso - Juiz Substituto
27. **Divaldo Roque de Meira** - I Concurso - Juiz Substituto
28. **Ari Giacchini** - III Concurso - Juiz Substituto

29. **Jurandir Rodrigues Brito** - X Concurso - Juiz Substituto
30. **João Alberto Gomes e Silva** - III Concurso - Juiz Substituto
31. **João Bosco Rodrigues Monteiro** - I Concurso - Juiz Substituto
32. **Joamir Casagrande** - XI Concurso - Juiz Substituto
33. **Jairo Abrão de Almeida** - XII Concurso - Juiz Substituto
34. **José Gomes da Silva** - II Concurso - Juiz Substituto
35. **Edson Ernesto Ricardo Portes** - I Concurso - Juiz Substituto
36. **Raul José Roveda** - XV Concurso - Juiz Substituto
37. **Jorge Augusto Bertin** - III Concurso - Juiz de Direito
38. **Exedito de Paula Brunello** - XII Concurso - Juiz Substituto
39. **Luiz Roberto Pires** - IV Concurso - Juiz Substituto
40. **Júlio Donizeti Loenert** - III Concurso - Juiz Substituto
41. **Aílton Stropa Garcia** - IX Concurso - Juiz Substituto
42. **Abdala Abi Faraj** - IX Concurso - Juiz Substituto
43. **Mauro José Capelari** - XIII Concurso - Juiz Substituto
44. **João Adolfo Astolfi** - I Concurso - Juiz Substituto
45. **Sebastião Lino Simão** - VI Concurso - Juiz Substituto
46. **Carlos Alberto P. de Souza** - I Concurso - Juiz Substituto
47. **João Emilio Tiepo** - IV Concurso - Juiz Substituto
48. **José do Couto Vieira Pontes** - XVI Concurso - Juiz Substituto
49. **Jackson Aquino de Araújo** - XI Concurso - Juiz Substituto
50. **Geraldo de Carvalho** - II Concurso - Juiz Substituto
51. **Joviano de Rezende C. Caiado** - X Concurso - Juiz Substituto
52. **Maria Lúcia Escobar de A. Brasil** - XI Concurso - Juiz Substituto

∞ In Memoriam

1. **Reinaldo Faria Pedroso** - concursado em MT
2. **Italo Giordano** - concursado em MT
3. **Amando de Lima** - concursado em MT
4. **Antônio Luiz Fraga Moreira** - concursado em MT
5. **Oswaldo Ramanzini** - concursado em MT
6. **Ivan Amando Monteiro** - V Concurso
7. **João Rosa de Lima** - XII Concurso
8. **Jozone Pedroso de Camargo** - XII Concurso
9. **Fauze Duailibi Amizo** - XVIII Concurso
10. **Marli Miyuki M. Nishimura** - XXIV Concurso
11. **Luiz Carlos de Souza Ataíde** - XI Concurso

∞ Juizes aposentados e falecidos



PALÁCIO DA JUSTIÇA

DESEMBARGADOR LEÃO NETO DO CARMO

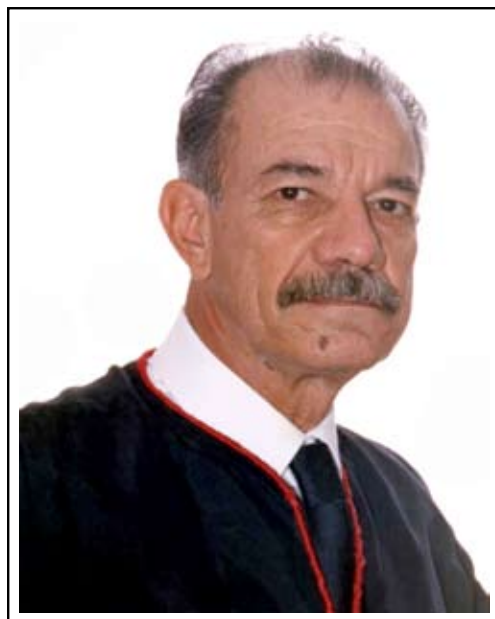
CAPÍTULO V

*G*ESTÃO DO JUDICIÁRIO

1ª GESTÃO - 1979 / 1980



Des. Leão Neto do Carmo
Presidente



Des. Jesus de Oliveira Sobrinho
Vice - Presidente

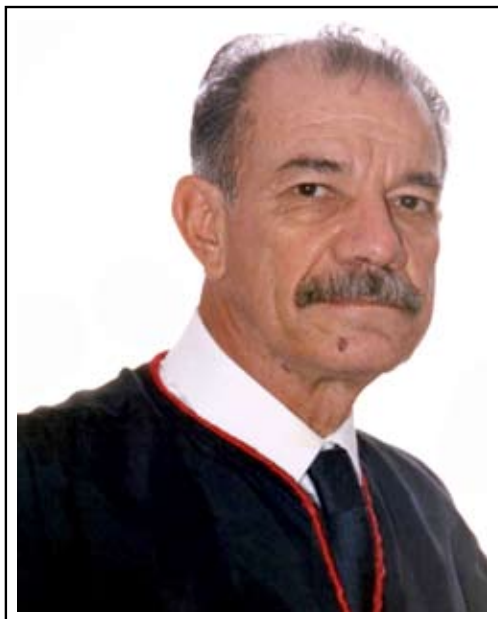


Des. Rui Garcia Dias
Corregedor - Geral de Justiça

“A justiça deste Estado há de construir na sua trajetória futura uma História assinalada pela perfeita medida entre o direito e a justiça”. (Discurso de instalação do Estado de MS)

Des. Leão Neto do Carmo

2ª GESTÃO - 1981 / 1982



Des. Jesus de Oliveira Sobrinho
Presidente



Des. Higa Nabukatsu
Vice-Presidente

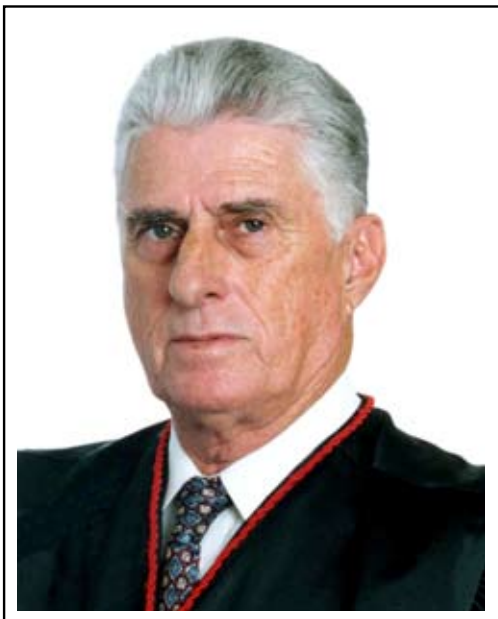


Des. Gerval Bernadino de Souza
Corregedor - Geral de Justiça

“Há 13 anos passados, deixamos a nossa terra natal, imbuídos de uma vontade firme e determinada de servir à justiça com toda a nossa capacidade de trabalho, raciocínio e dedicação. Esse ideal que nos animava nunca deixou e nunca deixará de impulsionar o nosso propósito de fazer justiça, dando a cada um o que é seu”. (Discurso de posse)

Des. Jesus de Oliveira Sobrinho

3ª GESTÃO - 1983 / 1984



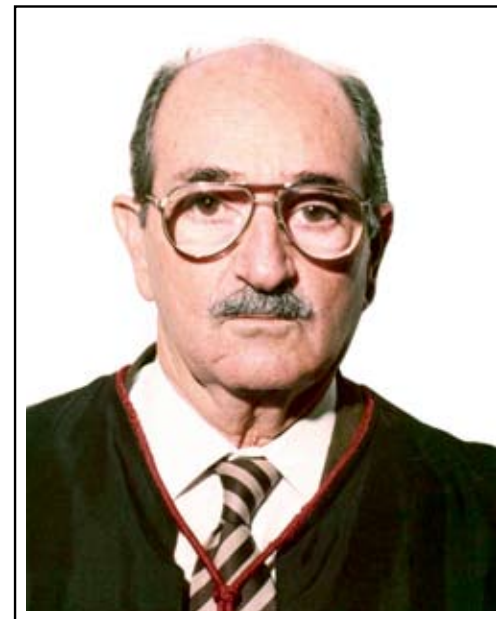
Des. Sérgio Martins Sobrinho
Presidente



Des. Assis Pereira da Rosa
(Aposentou-se em 27/10/1983)



Des. Athayde Nery de Freitas



Des. Milton Malulei
Corregedor - Geral de Justiça

“O Poder Judiciário, talvez mais do que os outros, deve colocar a sua capacidade intelectual e de trabalho a serviço do interesse público, porque é de sua essência a democratização praticada através da distribuição da justiça, igualando os homens”. (Discurso de posse)

Des. Sérgio Martins Sobrinho

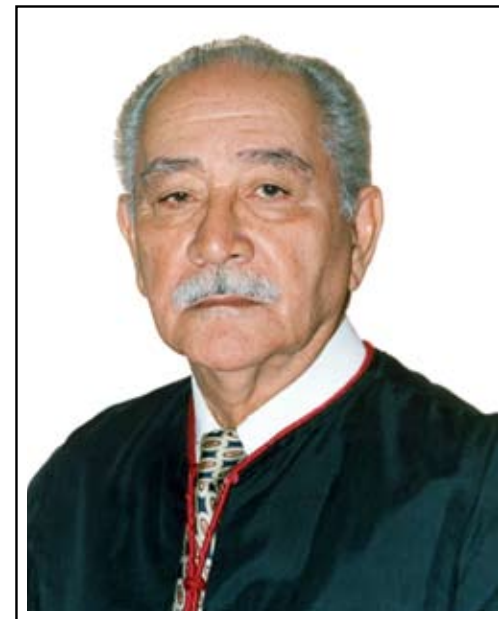
4ª GESTÃO - 1985 / 1986



Des. Rui Garcia Dias
Presidente



Des. José Rizkallah
Vice-Presidente



Des. Nelson Mendes Fontoura
Corregedor - Geral de Justiça

“A finalidade do Estado é o homem e a do Judiciário, como componente da administração é a Justiça. Esta não é só a que os órgãos competentes definem como tal, mas também o sentimento humano de bem estar global, nele inseridos o individual e o coletivo em plena harmonia”. (Discurso de posse)

Des. Rui Garcia Dias

5ª GESTÃO - 1987 / 1988



Des. Gerval Bernadino de Souza
Presidente



Des. Gilberto da Silva Castro
Vice - Presidente



Des. Marco Antônio Cândia
Corregedor - Geral de Justiça

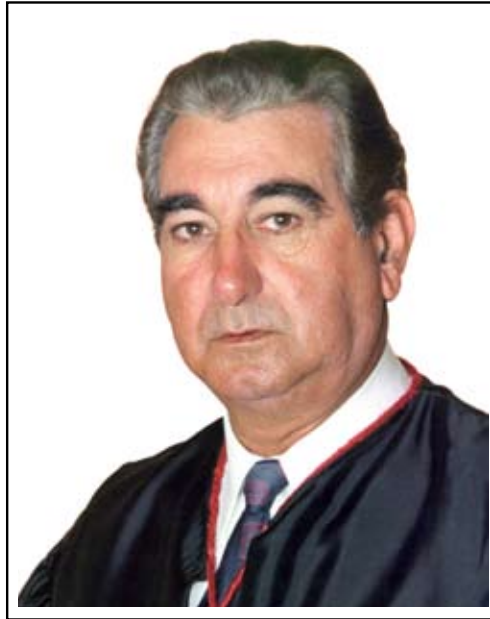
“O conceito de representação é fundamental à legalidade e autenticidade do Poder Judiciário, onde a representação não se faz sentir de forma viva e vibrante e, em sintonia com os representados, ela perde a sua força, perde a sua autoridade”.
(Discurso de posse)

Des. Gerval Bernadino de Souza

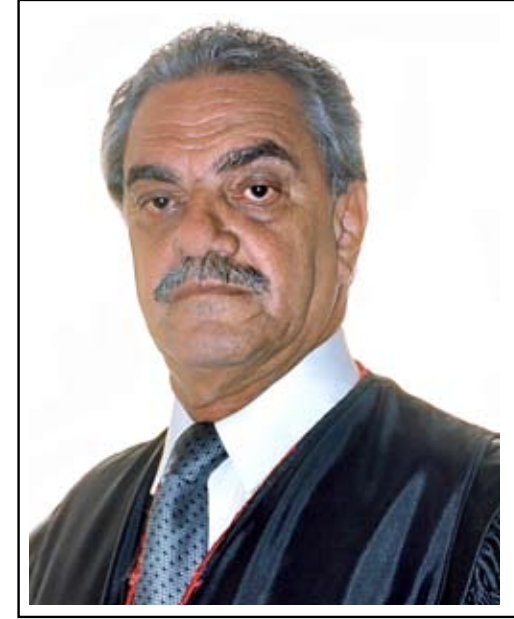
6ª GESTÃO - 1989 / 1990



Des. Higa Nabukatsu
Presidente



Des. Nildo de Carvalho
Vice-Presidente



Des. Rêmolo Letteriello
Corregedor - Geral de Justiça

“Procuraremos, dentro de nossas limitações, dar continuidade à filosofia de trabalho dos nossos antecessores, colimando sempre o engrandecimento e o aperfeiçoamento crescente do Poder Judiciário, tanto sob seu prisma administrativo, quanto no seu ângulo jurisdicional”. (Discurso de posse)

Des. Higa Nabukatsu

7ª GESTÃO - 1991 / 1992



Des. José Carlos Corrêa de
Castro Alvim
(Falecido em 01/05/1991)



Des. Rubens Bergonzi Bossay



Des. Milton Malulei
Presidente

Vice - Presidente

Des. Gilberto da Silva Castro
Corregedor - Geral de Justiça

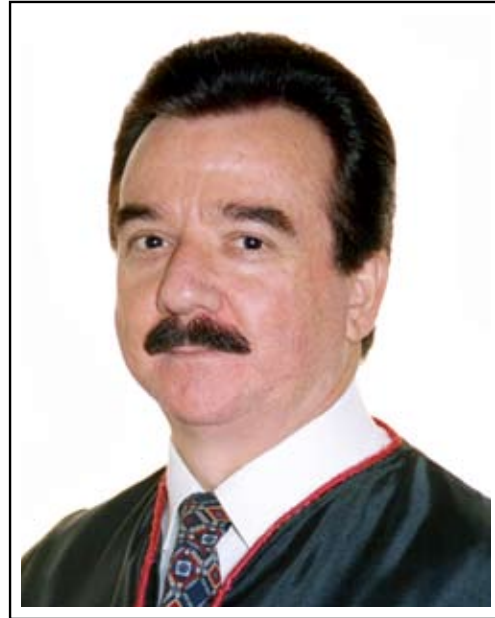
“A consciência do dever cumprido nos tranquiliza e autoriza que a nós seja creditado, sem favor nenhum, o respeito e a dedicação a que fazemos jus. Ninguém jamais conseguirá resolver todos os problemas que a dinâmica da vida nos impõe. Cada um soma e acresce ao que já foi feito a quota que lhe cabe administrar e desenvolver”. (Discurso de posse)

Des. Milton Malulei

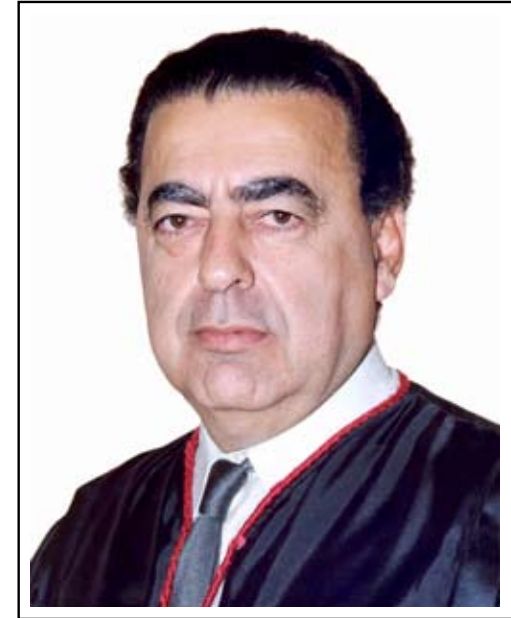
8ª GESTÃO - 1993 / 1994



Des. Nelson Mendes Fontoura
Presidente



Des. Oswaldo Rodrigues de Melo
Vice-Presidente

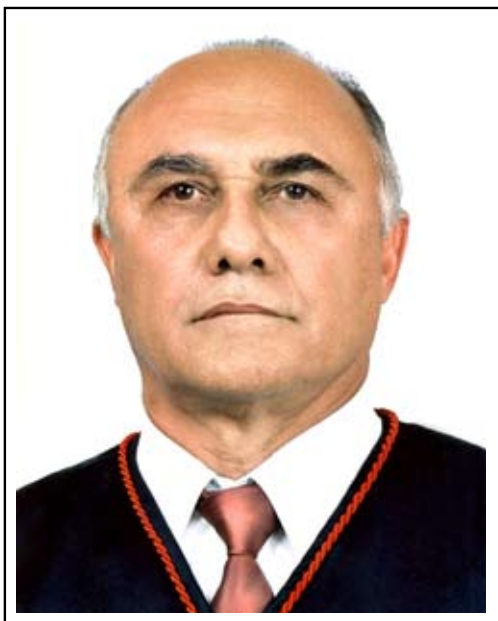


Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
Corregedor - Geral de Justiça

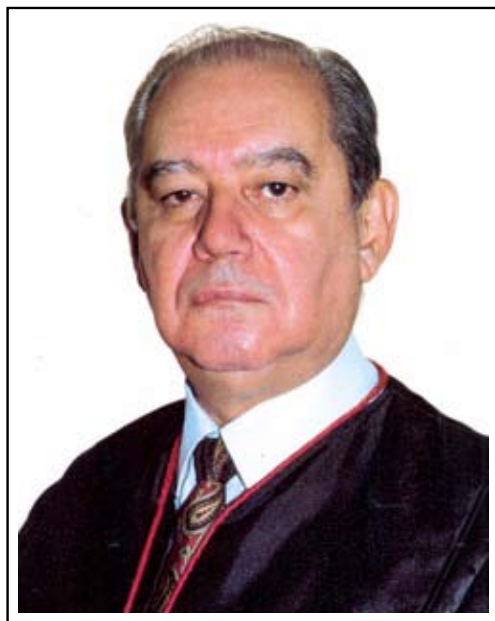
“Cumpra-nos somar esforços em prol da comunidade em que vivemos, porque a ninguém é lícito, qualquer que seja sua atividade, cruzar os braços diante dos percalços que assolam a nação, o povo, a sociedade”. (Discurso de posse)

Des. Nelson Mendes Fontoura

9ª GESTÃO - 1995 / 1996



Des. Marco Antônio Cândia
Presidente



Des. José Augusto de Souza
Vice - Presidente

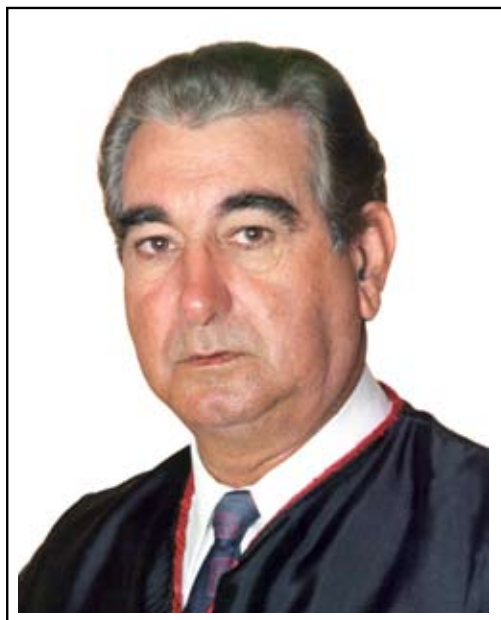


Des. João Carlos Brandes Garcia
Corregedor - Geral de Justiça

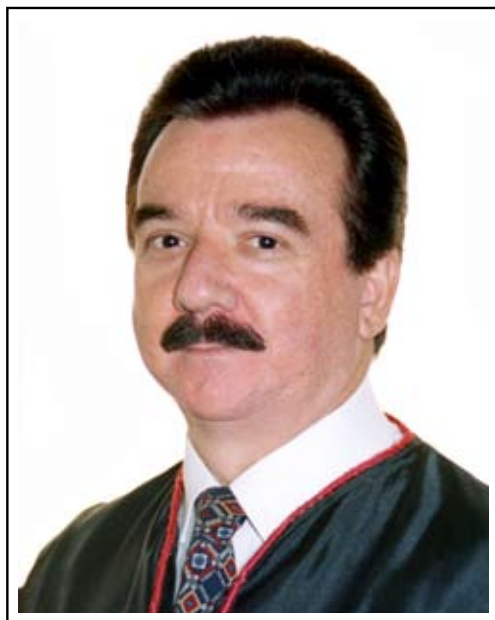
“O povo tem de ter a clara consciência de como funciona a sua justiça; o cidadão deve conhecer o seu julgador, dialogar com ele, enfim, conhecê-lo bem e ter acesso à figura humana do Juiz”. (Discurso de posse)

Des. Marco Antônio Cândia

10ª GESTÃO - 1997 / 1998



Des. Nildo de Carvalho
Presidente



Des. Oswaldo Rodrigues de Melo
Vice-Presidente

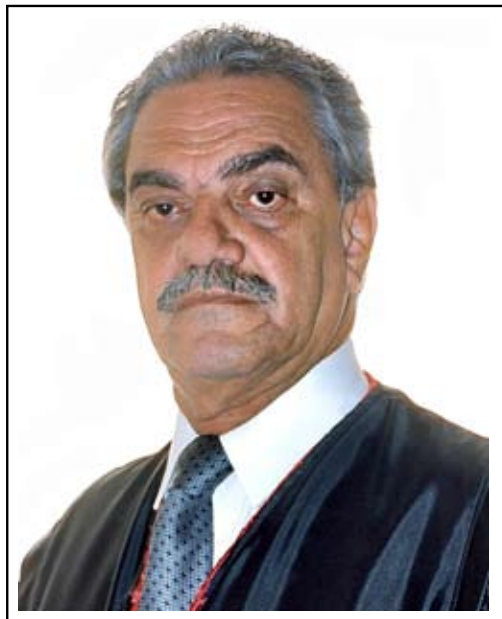


Des. Hamilton Carli
Corregedor - Geral de Justiça

“É certo que a eficiência da Justiça não depende só da Lei e nem de seus servidores e juízes, mas de recursos humanos, materiais e técnicos em consonância com o desenvolvimento das relações sociais e, em especial, de participação de toda a sociedade”. (Discurso de posse)

Des. Nildo de Carvalho

11ª GESTÃO - 1999 / 2000



Des. Rêmolo Letteriello
Presidente



Des. Luiz Carlos Santini
Vice - Presidente



Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins
Corregedor - Geral de Justiça

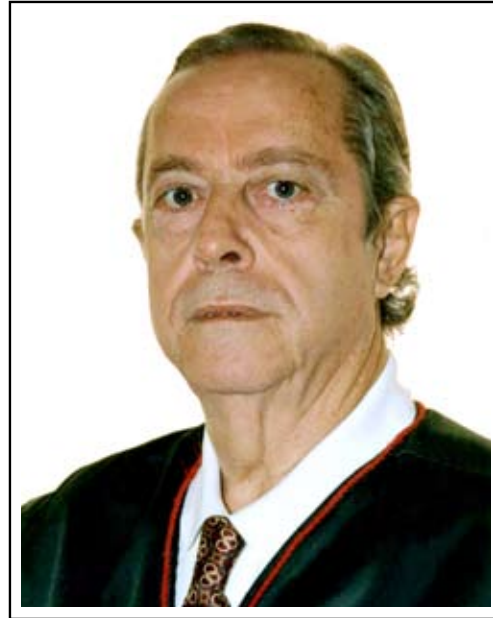
“Assim como o bravo sul-mato-grossense espera novos tempos de felicidade, de progresso, de ordem, de paz e de justiça social, proporcionados por uma nova mentalidade que começa a gerir os destinos deste Estado, com responsabilidade e verdadeiro espírito público, assim também nós esperamos que essa transformação atinja o Judiciário; que ganhe ele o sopro de vida que o enriqueceu no passado e o ampare no presente para a sua sustentação”. (Discurso de posse)

Des. Rêmolo Letteriello

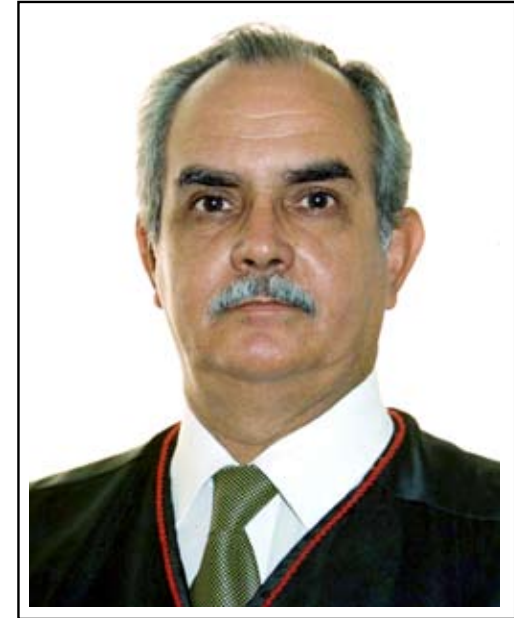
12ª GESTÃO - 2001 / 2002



Des. José Augusto de Souza
Presidente



Des. Carlos Stephanini
Vice-Presidente



Des. Josué de Oliveira
Corregedor - Geral de Justiça

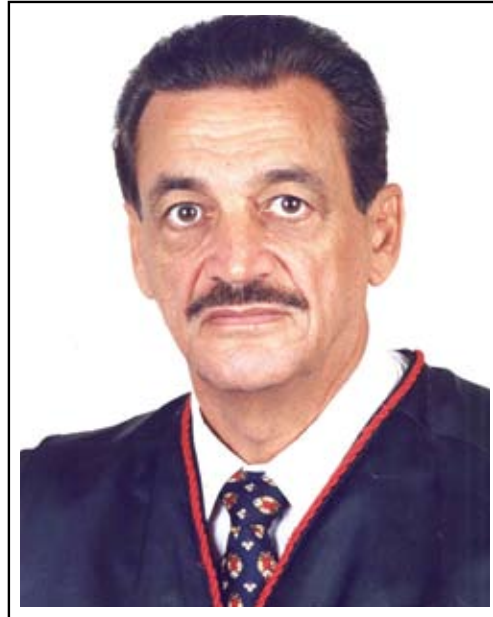
“Nunca nos atemorizou a dificuldade crescente que o magistrado vai encontrando ao galgar os postos mais elevados da carreira, como ora acontece, pois sabemos que vamos poder nos mirar sempre nos exemplos daqueles que nos precederam, e que, como os dirigentes do passado, deram as primícias de seu labor incansável e a luz fulgurante de seus espíritos devotados à missão de dizer o direito”. (Discurso de posse)

Des. José Augusto de Souza

13ª GESTÃO - 2003 / 2004



Des. Rubens Bergonzi Bossay
Presidente



Des. Joenildo de Sousa Chaves
Vice - Presidente

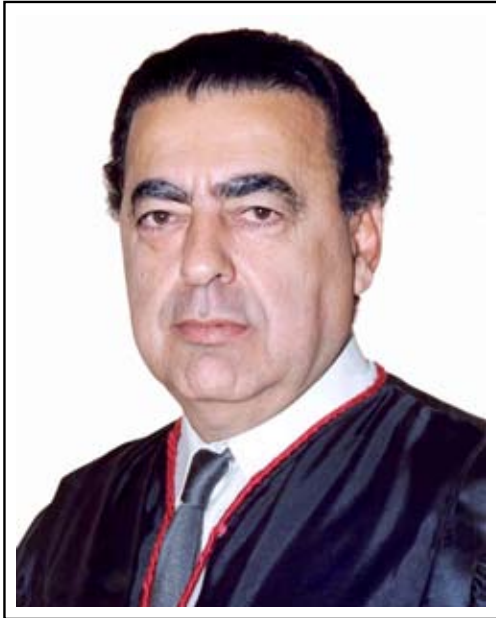


Des. Atapoã da Costa Feliz
Corregedor - Geral de Justiça

“Não se intimida quem está com Deus, tem a pátria no coração e o trabalho como lema”. (Discurso de posse)

Des. Rubens Bergonzi Bossay

14ª GESTÃO - 2005 / 2006



Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
Presidente



Des. João Maria Lós
Vice-Presidente



Des. Hildebrando Coelho Neto
Corregedor - Geral de Justiça

“A justiça é eterna e imutável. As formas de realização do justo é que são variáveis e contingentes. Adaptam-se às exigências do tempo, pressupondo sempre a credibilidade do julgador”. (Discurso de posse)

Des. Claudionor Miguel Abss Duarte

15ª GESTÃO - 2007 / 2008



Des. João Carlos Brandes Garcia
Presidente



Des. Ildeu de Souza Campos
Vice - Presidente



Des. Divoncir Schreiner Maran
Corregedor - Geral de Justiça

“Ao longo do tempo, por mais de 30 anos, sempre estive fascinado pela ideia surgida ainda nos bancos escolares da Faculdade de Direito, de que devemos procurar construir uma justiça que corresponda aos anseios dos homens”. (Discurso de posse)

Des. João Carlos Brandes Garcia

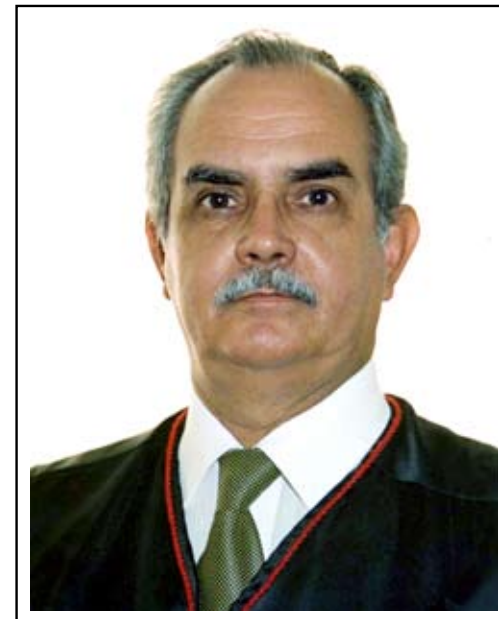
16ª GESTÃO - 2009 / 2010



Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins
Presidente



Des. Paulo Alfeu Puccinelli
Vice-Presidente



Des. Josué de Oliveira
Corregedor - Geral de Justiça

“Investir no Poder Judiciário é investir na área social, pois não somos nós, juizes, quem necessita de melhoria na estrutura funcional do Poder, mas o cidadão, que tem necessidade do pleno e absoluto funcionamento deste Poder, essencial para a democracia e manutenção do Estado de Direito”. (Discurso de posse)

Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins



S.S.O.

D.O.

W.

CAPÍTULO VI

COMARCAS

COMARCAS



Comarcas de Entrância Especial	
Campo Grande	Dourados

Comarcas de Segunda Entrância	
Amambai	Ivinhema
Aparecida do Taboado	Jardim
Aquidauana	Maracaju
Bataguassu	Miranda
Bela Vista	Mundo Novo
Bonito	Navirai
Caarapó	Nova Andradina
Camapuã	Paranaíba
Cassilândia	Ponta Porã
Chapadão do Sul	Rio Brilhante
Corumbá	São Gabriel do Oeste
Costa Rica	Sidrolândia
Coxim	Três Lagoas
Fátima do Sul	

Comarcas de Primeira Entrância	
Água Clara	Itaporã
Anastácio	Itaquiraí
Anaurilândia	Nioaque
Angélica	Nova Alvorada do Sul
Bandeirantes	Pedro Gomes
Bataiporã	Porto Murtinho
Brasilândia	Ribas do Rio Pardo
Deodápolis	Rio Negro
Dois Irmãos do Buriti	Rio Verde de Mato Grosso
Eldorado	Sete Quedas
Glória de Dourados	Sonora
Iguatemi	Terenos
Inocência	



➤ Campo Grande

Criada pela Lei nº 549, de 19/07/1910, e instalada no dia 12/05/1911. Elevada a 2ª entrância em 1944 e a entrância especial em 1971. Compreende o município de Campo Grande e o distrito de Anhanduí.

A região em que está a cidade de Campo Grande já era conhecida na metade do século 19. Por ocasião da guerra do Paraguai (1864-1870), a região foi atravessada pelas comitivas que, saindo de Santana do Paranaíba e passando por Camapuã, levavam víveres e munição à Expedição de Mato Grosso em luta com as tropas paraguaias.

O lugar começou a ser povoado em 1875, por José Antônio Pereira, oriundo de Minas Gerais. Tendo rápido crescimento, foi elevado, em 1889, a distrito de paz e, dez anos após, a município. Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, Campo Grande tornou-se capital.

População do município (IBGE/2008): 747.189

Juiz Titular em 1911: Arlindo de Andrade Gomes

Atual Juiz Diretor do Foro: Marcos José de Brito Rodrigues

∞ Dourados

Foi criada pelo Decreto-Lei nº 955, de 12/03/1946, e instalada em 26/08/1946. A comarca compreende hoje o município de Dourados, com os distritos de Itaum, Panambi, São Pedro, Indápolis e Vila Vargas.

Os primeiros habitantes da região de Dourados ali se estabeleceram a partir de 1884, formando o povoado de São João Batista de Dourados. Em 1910, Marcelino Pires doou ao povoado uma área para ser estabelecido o Patrimônio de Dourados que, em 1914, foi elevado a distrito de paz. Em 1935 foi elevado a município.

População do município (IBGE/2008): 187.601

Juiz Titular em 1968: Jesus de Oliveira Sobrinho

Atual Juiz Diretor do Foro: Jairo Roberto de Quadros





➤ Amambai

Foi criada pela Lei nº 2.152, de 28/04/1964, e instalada em 26/09/1964. Elevada à 2ª entrância pela Lei nº 318, de 17/12/1981.

Compreende os municípios de Amambai e Coronel Sapucaia.

O povoamento da região de Amambai começou com a extração da erva-mate, em 1883, por Tomás Laranjeira. O povoado teve início em 1903; foi elevado a distrito em 1914 e a município em 1948.

População do município (IBGE/2008): 34.501

Juiz Titular em 1968: Wolney de Oliveira

Atual Juiz Diretor do Foro: Thiago Nagasawa Tanaka

➤ Aparecida do Taboado

Criada pela Lei nº 687, de 12/12/1953, foi instalada em 13/02/1954.

Aparecida do Taboado teve origem no povoado Lagoa Suja, próximo ao porto Taboado, no Rio Paraná. O povoado foi elevado a distrito em 1928 e, em 1948, a município.

População do município (IBGE/2008): 20.433

Juiz Titular em 1967: Rui Garcia Dias

Atual Juiz Diretor do Foro: Mariel Cavalin dos Santos Gomes



➤ Aquidauana

Criada pela Lei nº 549, de 19/07/1910, foi instalada em 16/03/1911. Elevada à 2ª entrância, pela Lei nº 210, de 06/12/1948, com duas varas. A vara criminal foi criada em 1º de janeiro de 1979.

Compreende o município de Aquidauana, com os distritos de Camisão, Piraputanga e Taunay.

A região de Aquidauana era bem conhecida já antes da guerra com o Paraguai. O povoado, porém, só teve início em 15 de agosto de 1892, quando diversos fazendeiros e residentes da Vila de Miranda se reuniram no local onde hoje se ergue a igreja Nossa Senhora da Conceição, para definir a criação de um povoado, com o nome de Aquidauana.

No ano seguinte começou o povoamento. Desenvolveu-se rapidamente a ponto de, em 1896, ser distrito e, em 1906, ser elevado a município.

População do município (IBGE/2008): 46.266

Juiz Titular em 1976: Manoel Velludo Teixeira

Atual Juiz Diretor do Foro: José de Andrade Neto



➤ Bataguassu

Foi criada pela Lei nº 242, de 11/03/1965, e instalada em 28/05/1966. Compreende o município de Bataguassu e o distrito de Porto XV de Novembro.

O povoamento da região de Bataguassu está ligado à abertura, na primeira década deste século, da “estrada boiadeira”, ligando Campo Grande ao porto XV de Novembro, no rio Paraná.

A origem da cidade de Bataguassu está em Jan Antonin Balta que, em 1932, comprou a Cia. de Viação São Paulo-Mato Grosso, incluindo terras, embarcações, pousos de boiada, armazéns e fazendas.

Em 1942, foi escolhido o lugar para o povoado que, em 1945, já era distrito, pertencente a Rio Brillhante. Em 1953 foi elevado a município.

População do município (IBGE/2008): 19.295

Juiz Titular em 1969: Manoel Velludo Teixeira

Atual Juiz Diretor do Foro: Cássio Roberto dos Santos



∞ Bela Vista

Criada pela Lei nº 549, de 19/07/1910, foi instalada em 14/06/1911. Elevada à 2ª entrada pela Lei nº 1.511, de 05/07/1994. Compreende os municípios de Bela Vista e Caracol.

Finda a guerra com o Paraguai, na região de Bela Vista desenvolveu-se um povoado à margem do rio Apa, iniciado por José Lemes Bugre. O povoado foi elevado, em 1900, a distrito e, em 1908, a município. De 1943 a 1946, integrou o Território Federal de Ponta Porã.

População do município (IBGE/2008): 23.562

Juiz Titular em 1967: Athayde Nery de Freitas

Atual Juiz Diretor do Foro: Caio Márcio de Britto

∞ Bonito

Criada pela Lei nº 31, de 01/01/1979, e instalada em 26/06/1981. Compreende o município de Bonito.

Em 1915, Bonito era distrito. Em 1927, graças ao esforço de alguns líderes locais, a localidade começou a desenvolver-se. Em 1943, passou a integrar, na condição de município, o Território Federal de Ponta Porã. Com a extinção deste, em 1946, Bonito voltou a ser distrito de paz de Miranda para, em 1948, ser elevado a município.

População do município (IBGE/2008): 17.786

Juiz Titular em 1981: Divoncir Schreiner Maran

Atual Juiz Diretor do Foro: Paulinne Simões de Souza Arruda



Caarapó

Criada pela Lei nº 4.004, de 30/06/1978, e instalada em 08/02/1981. Compreende os municípios de Caarapó (com os distritos de Cristalina e Nova América) e Juti.

A vila de Caarapó (do guarani Caá + rapó = terra do erval) foi fundada em 1924, tendo à frente Nazário de León. A origem e o desenvolvimento da vila estão intimamente ligados ao trabalho da Cia. Mate Laranjeira, cuja sede era Campanário.

Em 1930, a vila de Caarapó foi elevada a distrito de paz, cuja sede foi transferida, em seguida, para a vila de Santa Luzia. Em 1948, Caarapó voltou a ser distrito de paz para, em 1958, ser elevado a município.

População do município (IBGE/2008): 23.437

Juiz Titular em 1981: Cláudio Gonçalves Mendes

Atual Juiz Diretor do Foro: Fernando Chemin Cury



Camapuã

Criada pela Lei nº 2.869, de 12/11/1968, e instalada em 26/01/1969. Compreende o município de Camapuã.

Camapuã data de 1719, quando os irmãos Leme ali fizeram pouso, por uma colheita, rumo a Cuiabá. A partir daí Camapuã foi ponto de apoio para bandeirantes, até em torno de 1835, quando foi aberta a estrada por terra de Cuiabá, pelo Piquiri, a Santana do Paranaíba. Entrou em decadência e transformou-se em ruínas, que Taunay visitou em 1867.

O repovoamento começou na década de 1920; em 1925, passou pelo lugar a Coluna Prestes. Em 1933, Camapuã foi elevado a distrito e, em 1948, a município.

População do município (IBGE/2008): 13.562

Juiz Titular em 1977: Paulo Tadeu Haendchen

Atual Juiz Diretor do Foro: Zidiel Infantino Coutinho



∞ Cassilândia

Foi criada pela Lei nº 242, de 11/03/1965, e instalada em 22/01/1966. Elevada à 2ª entrância pela Lei nº 464, de 28/08/1984.

Na década de 1940, Joaquim Balduino de Sousa iniciou, em suas terras, o povoado de São José que, em 1948, foi elevado a distrito e, em 1954, a município, com o nome atual.

População do município (IBGE/2008): 21.546

Juiz Titular em 1969: Sérgio Martins Sobrinho

Atual Juiz Diretor do Foro: Silvio César do Prado

∞ Chapadão do Sul

Foi criada pela Lei nº 1.511, de 05/07/1994, e instalada dia 23/10/1999.

Em 1969, a família Krug estabeleceu-se no Pouso Frio, entre Cassilândia e Alto Araguaia.

Em 1973, abriu um posto de combustíveis, ao mesmo tempo em que chegaram ao lugar outras famílias. Foi elevado a município em 1987.

População do município (IBGE/2008): 16.781

Juiz Titular em 2001: Márcio Rogério Alves

Atual Juiz Diretor do Foro: Luciane Buriasco de Oliveira



∞ Corumbá

Criada pela Lei nº 21, de 04/05/1873, com o nome de Santa Cruz de Corumbá, foi instalada em 19/02/1874. Compreende os municípios de Corumbá (com o distrito de Albuquerque) e Ladário.

A história de Corumbá começou efetivamente no governo da capitania de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que mandou construir o Forte de Coimbra, em 1775, e fundar o povoado de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, em 1778.

Em 1862 o povoado foi elevado à vila; em 1865, foi arrasada pelas tropas paraguaias, comandadas por Solano López, sendo retomada em 1867 pelo coronel Antônio Maria Coelho. Em 1871 foi restaurado o município de Corumbá.

População do município (IBGE/2008): 99.196

Juiz Titular em 1964: Antônio Luiz Fraga Moreira

Atual Juiz Diretor do Foro: Roberto Ferreira Filho



∞ Costa Rica

Criada pela Lei nº 464, de 28/08/1984, foi instalada em 18/12/1984. Compreende os municípios de Costa Rica e Figueirão.

Costa Rica nasceu de um loteamento promovido por José Ferreira da Costa, em 1960. O povoado, em 1964, passou a distrito e, em 1980, a município.

População do município (IBGE/2008): 18.884

Juiz Titular em 1985: Carlos Alberto R. Gonçalves

Atual Juiz Diretor do Foro: Luiz Alberto de Moura Filho



☞ Coxim

Criada pela Lei nº 630, de 03/07/1913, e instalada em 13/02/1914. Compreende os municípios de Coxim e Alcinópolis.

Em 1729 foi fundado às margens do rio Taquari, o Arraial de Beliago, ponto de apoio aos bandeirantes na rota São Paulo-Cuiabá. Em 1862 foi criada uma colônia militar. Em 1865, o arraial foi ocupado por tropas paraguaias e, em dezembro do mesmo ano, chegou ao local a Expedição de Mato Grosso, que ficou ali acampada até 1866. Em 1872 foi criado o distrito de São José de Herculânea, que foi elevado a município em 1898. Em 1948 foi restabelecido o nome de Coxim.

População do município (IBGE/2008): 32.767

Juiz Titular em 1969: Antonio Luiz Fraga Moreira

Atual Juiz Diretor do Foro: Helena Alice Machado Coelho

☞ Fátima do Sul

A comarca, ainda com o nome de Vila Brasil, criada pela Lei nº 2.152, de 28/04/1964, foi instalada em 15/04/1966. Compreende os municípios de Fátima do Sul (com o distrito de Culturama), Vicentina e Jatei.

A cidade teve origem num povoado, iniciado na década de 1950, à margem esquerda do rio Dourados. Chamou-se antes Vila Brasil. Foi elevada a distrito em 1958 e a município em 1963.

População do município (IBGE/2008): 19.327

Juiz Titular em 1971: Gerval Bernardino de Souza

Atual Juiz Diretor do Foro: Ana Carolina Farah Borges da Silva



∞ Ivinhema

Criada pela Lei nº 4.004, de 30/06/1978, e instalada em 08/02/1981. Compreende os municípios de Ivinhema e Novo Horizonte do Sul.

Em 1957, a Someco S.A. (Sociedade de Melhoramentos e Colonização S.A.) começou a ocupar a área. Em 1961 iniciou a construção da infraestrutura da sociedade, dando origem a Ivinhema, elevada a município em 1963.

População do município (IBGE/2008): 21.138

Juiz Titular em 1981: Elizabeth Tae Kinashi

Atual Juiz Diretor do Foro: Mário José Esbalqueiro Junior



∞ Jardim

Criada pela Lei nº 2.869, de 12/11/1968, e instalada em 15/11/1969. Abrange os municípios de Jardim e Guia Lopes da Laguna.

A região do município de Jardim já era muito conhecida pelas tropas paraguaias, antes de começar a guerra Brasil-Paraguai. Na região, José Francisco Lopes (Guia Lopes) possuía a fazenda Jardim. Mas só em 1938 foi que começou a vila. Com o estabelecimento, na Fazenda Jardim, a poucos quilômetros de Guia Lopes da Laguna, da CER-3 (Comissão de Estradas de Rodagem nº 3, do Exército Brasileiro), cujo comandante loteou 40 hectares ao redor da sede. Em 1946 foi fundada a vila de Jardim que foi elevada a distrito e, em 1953, a município.

População do município (IBGE/2008): 24.042

Juiz Titular em 1969: Marco Antônio Cândia

Atual Juiz Diretor do Foro: Wilson Leite Correa



∞ Maracaju

Criada pela Lei nº 131, de 01/10/1929, e instalada em 01/01/1930. De 1928 até a instalação, o município de Maracaju foi sede da Comarca de Nioaque. Abrange o município de Maracaju e o distrito de Vista Alegre.

Em 1937, por medida de economia, a Comarca de Maracaju passou a termo de Campo Grande, sendo restaurada somente em 1947.

O núcleo de Maracaju começou em 1923, quando João Pedro Fernandes abriu lá uma farmácia e, logo depois, uma escola. No ano seguinte, o povoado era elevado a distrito de paz de Nioaque e, em 1928, a município e, em 1943, passou a integrar o Território Federal de Ponta Porã, sendo temporariamente sua capital, transferida depois para Ponta Porã.

População do município (IBGE/2008): 31.933

Juiz Titular em 1957: Assis Pereira da Rosa

Atual Juiz Diretor do Foro: Rubens Witzel Filho

∞ Miranda

Criada pela Lei nº 9, de 26/06/1858, e instalada em 07/05/1878, compreendia, além da vila de Miranda, a de Paranaíba, a freguesia de Albuquerque e a povoação do Piquiri (território correspondente hoje a Mato Grosso do Sul). Em 1873, Miranda passou a termo de Corumbá; em 1878, retornou à condição de comarca. Compreende os municípios de Miranda e Bodoquena.

A cidade tem suas raízes no presidio de Miranda, fundado em 1797. Em 1835, o povoado já era paróquia; e, em 1857, vila. Com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1910, Miranda começou a se desenvolver. Em 1918, foi elevada à categoria de município.

População do município (IBGE/2008): 24.687

Juiz Titular em 1961: Leão Neto do Carmo

Atual Juiz Diretor do Foro: Luiz Felipe Medeiros Vieira



∞ Mundo Novo

Criada pela Lei nº 4.004, de 30/06/1978, foi extinta em 1979, porque o STF declarou inconstitucional parte do dispositivo que a criava. A nova criação se deu pela Lei nº 318, de 18/12/1981, e a instalação em 13/05/1982. Abrange os municípios de Mundo Novo e Japorã.

A colonização da área de Mundo Novo começou em 1956, surgindo um povoado (conhecido inicialmente com o nome de Tapui-Porã = rancho bonito), que, em 1963, já era distrito. Em 1967, o Incra fixou na área mais de mil famílias. Em 1976, o distrito foi elevado a município.

População do município (IBGE/2008): 16.441

Juiz Titular em 1982: Manoel Mendes Carli

Atual Juiz Diretor do Foro: Alexandre Tsuyoshi Ito



∞ Naviraí

Criada pela Lei nº 3.457, de 29/11/1973, e instalada em 11/01/1975.

Naviraí começou em 1952 com a instalação da Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda; foi elevada a distrito em 1958 e a município em 1963.

População do município (IBGE/2008): 44.828

Juiz Titular em 1976: Rubens Bergonzi Bossay

Atual Juiz Diretor do Foro: Eduardo Magrinelli Júnior



∞ Nova Andradina

Criada pela Lei nº 2.152, de 28/04/1964, e instalada em 15/04/1966.

Nova Andradina foi fundada por Antônio Joaquim de Moura Andrade, dono de grande extensão de terras na região. Em 1958 foi elevada a município, instalado no ano seguinte.

População do município (IBGE/2008): 44.971

Juiz Titular em 1967: Milton Malulei

Atual Juiz Diretor do Foro: Mauricio Petruski

∞ Paranaíba

Criada pela Lei nº 21, de 04/05/1873, e instalada em 1874. Abrange o município de Paranaíba com o distrito de São João do Aporé.

Em torno de 1830, José Garcia Leal, vindo de Minas Gerais, estabeleceu-se na região do Rio Santana; em 1838, o arraial do Santana do Paranaíba, a que os imigrantes deram origem, era elevado a distrito, em 1857, à vila e; em 1864, a município. A partir de 1938, passou a denominar-se simplesmente Paranaíba.

População do município (IBGE/2008): 40.118

Juiz Titular em 1968: Rui Garcia Dias

Atual Juiz Diretor do Foro: Larissa Ditzel Cordeiro Amaral



∞ Ponta Porã

Criada pela Lei nº 721, de 23/09/1915, e instalada em 13/06/1916. Compreende os municípios de Ponta Porã, Laguna Carapã, com o distrito de Sanga Puitã, Antônio João e Aral Moreira.

Segundo o historiador João Batista de Sousa, o primeiro morador da sede do município foi Emílio Calhau, agente fiscal, que lá se estabeleceu em 1891. O lugarejo era, em 1900, elevado a distrito; e em 1912, a município. Com a criação do Território Federal de Ponta Porã, o município passou a integrá-lo e sua sede foi escolhida para capital. Foi transferida, por algum tempo, para a cidade de Maracaju.

População do município (IBGE/2008): 74.601

Juiz Titular em 1968: Athayde Nery de Freitas

Atual Juiz Diretor do Foro: Mauro Nering Karloh



∞ Rio Brillhante

Criada pela Lei nº 593, de 30/08/1944, com o nome de Caiuás, foi instalada em 10/12/1944. Compreende o município de Rio Brillhante.

Antônio Gonçalves Barbosa, em 1834, partiu de Franca do Imperador (SP), com família, escravatura e carretas, para estabelecer-se às margens do rio Pardo; de lá se transferiu, em 1839, para Boa Vista (entre os rios Vacaria e Brillhante) e seu irmão Inácio fixou-se no Passatempo.

A guerra do Paraguai retardou o desenvolvimento da região que, em 1845, devia contar com cem habitantes.

Em 1900, Francisco Cardoso Júnior começou o povoado de Entre Rios. Em 1912, foi criado o distrito de paz de Vacaria, com sede em Entre Rios que, em 1929, foi elevado a município, como termo da Comarca de Campo Grande e, em 1938, a cidade, com o nome de Caiuás, que foi alterado, em 1948, para Rio Brillhante.

População do município (IBGE/2008): 27.435

Juiz Titular em 1960: Assis Pereira da Rosa

Atual Juiz Diretor do Foro: Alessandro Carlo Meliso Rodrigues



∞ São Gabriel do Oeste

Criada pela Lei nº 664, de 18/09/1986, e instalada em 06/03/1987. Compreende o município de São Gabriel do Oeste e o distrito de Areado.

Na década de 1970, a região de São Gabriel do Oeste foi colonizada por cafeicultores, vindos dos estados do Sul. Balduino Mafissoni e Gabriel Abrão projetaram e iniciaram o povoado que, em 1976, foi elevado a distrito e, em 1980, a município.

População do município (IBGE/2008): 21.217

Juiz Titular em 1987: Marco André Nogueira Hanson

Atual Juiz Diretor do Foro: Atilio César de Oliveira Junior

∞ Sidrolândia

Criada pelo Decreto-Lei nº 31, em 01/01/1979, e instalada em 30/06/1981. Abrange o município de Sidrolândia e o distrito de Quebra Coco.

A cidade de Sidrolândia nasceu do loteamento da Fazenda São Bento, em 1926, pelo proprietário Sidrônio Antunes de Andrade. O povoado, porém, começou efetivamente em 1942; em 1948 foi elevado a distrito; e, em 1953, a município.

População do município (IBGE/2008): 39.636

Juiz Titular em 1981: Roberto Iser

Atual Juiz Diretor do Foro: Marcelo Ivo de Oliveira



☞ Três Lagoas

Criada pela Lei nº 754, de 17/06/1918, e instalada em 12/10/1918. Compreende os municípios de Três Lagoas, com os distritos de Arapuá e de Garcias; e Selvíria.

A região do bolsão sul-mato-grossense começou a ser desbravada na década de 1830, pela família Garcia Leal, tendo se estabelecido, alguns deles, mais ao sul.

A cidade de Três Lagoas começou com Antônio Trajano dos Santos, no início do século passado. O povoado começou a desenvolver-se com a conclusão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, ano em que o povoado foi elevado a distrito. Em 1915, passou a município.

População do município (IBGE/2008): 88.592

Juiz Titular em 1968: Rui Garcia Dias

Atual Juiz Diretor do Foro: Aline Beatriz de Oliveira



➤ Água Clara

Criada pela Lei nº 2.049 e instalada em 30/01/2001. Em 1938, foi criado o Distrito de Paz de Água Clara. A povoação tomou inicialmente a denominação de Rio Verde.

As terras que hoje compreendem o Município de Água Clara foram desbravadas por mineiros e paulistas que percorreram toda a vasta região em busca de melhores pastagens para seus rebanhos. Tem o município sua história intimamente ligada à de Três Lagoas que, mesmo tendo sido devassado por Joaquim Francisco Lopes, Januário Garcia Leal, Inácio Furtado, Januário de Souza e Antônio Gonçalves Barbosa, só veio a ser povoado definitivamente a partir de 1912, quando aportou Sebastião Fenelon Costa, que ali estabeleceu uma casa comercial, plantando assim a primeira construção da futura cidade de Água Clara. Os trilhos da ferrovia alcançaram Água Clara em 1913.

População do município (IBGE/2008): 13.623

Juiz Titular em 2001: May Melke Amaral Penteadó Siravegna

Atual Juiz Titular: Emirene Moreira de Souza Alves



➤ Anastácio

Comarca criada pela Lei nº 3.268, de 21/09/2006, e instalada em 04/12/2006.

Em 1870 começou a ocorrer a ocupação das terras e povoamento da região. Em 1872, um italiano chamado Vicente Anastácio decidiu se estabelecer na região ao comprar a Fazenda Santa Maria, na margem esquerda do Rio Aquidauana, próxima de onde futuramente se localizaria a cidade de Anastácio. Com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o centro da povoação - em função dos trilhos - transferiu-se para a margem direita do rio. Um novo núcleo se formou ali e, em virtude disso, iniciou-se o processo de emancipação de Anastácio, que virou distrito de Aquidauana em 1958; e município em 1964.

População do município (IBGE/2008): 23.012

Juiz Titular em 2007: Jorge Tadashi Kuramoto

Atual Juiz Titular: Nária Cassiana Silva Barros



➤ Anaurilândia

Foi criada pela Lei nº 89, de 18/12/1987, e instalada em 29/10/1988.

Compreende o município de Anaurilândia, com o distrito de Quebracho.

A cidade de Anaurilândia nasceu do loteamento, em 1948, de uma área conhecida por Água Amarela.

O município foi criado em 1963, sem ter sido distrito.

População do município (IBGE/2008): 8.635

Juiz Titular em 1989: Dileta Terezinha Souza Thomaz

Atual juiz titular: Margarida Elisabeth Weiler



∞ Angélica

A comarca foi criada pela Lei nº 89, de 18/12/1987, e instalada em 03/06/1988.

Compreende o município de Angélica, com o distrito de Ipezal.

A região de Angélica começou a ser desbravada em 1957; em 1960, já havia, nas terras de Renê Neder, um povoado, que foi loteado. Em 1963, foi elevado a distrito e, em 1976, a município.

População do município (IBGE/2008): 7.461

Juiz Titular em 1988: Geraldo de Almeida Santiago

Atual Juiz Titular: Cristiane Aparecida Biberg de Oliveira



∞ Bandeirantes

Criada em 30/06/1978, não foi instalada porque o artigo 13 da Lei nº 4.004 (que criava a comarca) foi declarado inconstitucional, dando-se a extinção. A comarca foi novamente criada pela Lei nº 318, de 17/12/1981, e instalada em 20/06/1982. Compreende os municípios de Bandeirantes e Jaraguari.

A região de Bandeirantes começou a ser povoada em torno de 1883, pela família de José Rocha Xavier, vindo de Rio Verde (GO). Na década de 1930, foi iniciada a Colônia de Bandeirantes que, em 1963, foi elevada a município.

População do município (IBGE/2008): 6.045

Juiz Titular em 1982: Adão Alves Teixeira

Atual Juiz Titular: Fernando Moreira Freitas da Silva



∞ Bataiporã

Foi criada pela Lei nº 1.511, de 05/07/1994, e instalada em 12/11/1994. Compreende os municípios de Bataiporã e Taquarussu.

O município de Bataiporã ocupa terras que pertenceram à Cia. Viação São Paulo-Mato Grosso, adquiridas em 1921. Partiu de um projeto de colonização implantado em 1953 por Wladimir Kultk, procurador da companhia. Os primeiros cidadãos a se instalarem na região foram Venâncio Rodrigues de Abreu e sua esposa Luciana Rodrigues de Abreu. Não houve criação de distrito. Elevado a município pela Lei nº 1.967, de 12 de novembro de 1963, desmembrado do município de Nova Andradina.

População do município (IBGE/2008): 10.870

Juiz Titular em 1994: Expedito de Paula Brunello

Atual Juiz Titular: Ellen Priscile Xandu Kaster Franco



☞ Brasilândia

Foi criada pela Lei nº 664, de 18/09/1986, e instalada em 11/03/1987. Compreende os municípios de Brasilândia e Santa Rita do Pardo.

Foi fundada por Arthur Hoffig, por volta de 1950.

Em 1961, foi elevada a distrito e, em 1963, a município.

População do município (IBGE/2008): 12.494

Juiz Titular em 1987: Paulo Rodrigues

Atual Juiz Titular: Ronaldo Gonçalves Onofri



☞ Deodápolis

Criada pela Lei nº 464, de 28/08/1984, e instalada em 11/05/1985. Compreende o município de Deodápolis, com os distritos de Lagoa Bonita e de Porto Vilma.

A cidade é fruto da Colônia Federal de Dourados. Deodato Leonardo da Silva é considerado seu fundador, tendo ali se estabelecido em 1958. Deodápolis foi elevada a município em 1976.

População do município (IBGE/2008): 11.586

Juiz Titular em 1985: João Alberto Gomes e Silva

Atual Juiz Titular: Tatiana Dias de Oliveira Said



☞ Dois Irmãos do Buriti

Criada pela Lei nº 3.242, de 05/07/2006, e instalada em 13/11/2006.

Em 13 de novembro de 1987 foi criado o município de Dois Irmãos do Buriti, pertencendo então à Comarca de Aquidauana.

População do município (IBGE/2008): 9.622

Juiz Titular em 2006: Paulo Roberto Cavassa de Almeida

Atual Juiz Titular: Alysson Kneip Duque



∞ Eldorado

Foi criada pela Lei nº 4.004, de 30/06/1978, e instalada em 15/02/1981.

Na década de 1950, foi iniciado, por Omar Cardoso e outros, um povoado a aproximadamente 20 km de Porto Morumbi, no Rio Paraná. O povoado foi elevado a distrito em 1958 e a município em 1976.

População do município (IBGE/2008): 12.304

Juiz Titular em 1981: Jorge Augusto Bertin

Atual Juiz Titular: Paulo Roberto Cavassa de Almeida



∞ Glória de Dourados

Criada pela Lei nº 2.869, de 12/11/1968, foi instalada em 16/11/1969.

Glória de Dourados nasceu dentro da Colônia Federal de Dourados, de um povoado, cujos pioneiros ali se estabeleceram em 1956; em 1958, era distrito; e em 1963, município.

População do município (IBGE/2008): 9.915

Juiz Titular em 1969: Nildo de Carvalho

Atual Juiz Titular: Ricardo da Mata Reis



∞ Iguatemi

Criada pela Lei nº 4.004, de 30/06/1978, foi extinta em 1979, porque o STF declarou inconstitucional parte do dispositivo que a criava. A nova criação ocorreu em 18/12/1979 e a instalação em 15/02/1981. Compreende os municípios de Iguatemi e Tacuru.

A região do Rio Iguatemi era já conhecida no século XVI. Em 1776, Morgado de Mateus (governador da capitania de São Paulo) mandou fundar a colônia militar de Iguatemi, à margem esquerda do rio do mesmo nome, a 20 léguas de sua foz, no Paraná. Em 1777 foi destruída pelos espanhóis. A região esteve envolvida com a Guerra do Paraguai. A povoação começou em 1909; em 1948 era distrito e, em 1963, município.

População do município (IBGE/2008): 15.085

Juiz Titular em 1981: Hermenegildo Vieira da Silva

Atual Juiz Titular: Eduardo Lacerda Trevisan



∞ Inocência

Criada pela Lei nº 664, de 18/09/1986, e instalada em 23/01/1987. Abrange o município de Inocência e o distrito de São Pedro.

Inocência originou-se do povoado de Bocaina, que surgiu de um loteamento iniciado em 1947. Em 1958 foi elevado a município, com o nome atual.

População do município (IBGE/2008): 7.542

Juiz Titular em 1987: Sebastião Lino Simão

Atual Juiz Titular: Walter Arthur Alge Netto



∞ Itaporã

Criada pela Lei nº 464, de 28/08/1984, e instalada em 10/12/1984. Compreende os municípios de Itaporã (com os distritos de Montese e Piraporã) e Douradina.

Itaporã começou como sede da Colônia Municipal de Dourados, cujo desenvolvimento foi desencadeado pela prefeitura de Dourados. Foi elevada a município em 1953.

População do município (IBGE/2008): 19.187

Juiz Titular em 1985: Francisco Gerardo de Sousa

Atual Juiz Titular: Adriano da Rosa Bastos



∞ Itaquiraí

Criada pela Lei nº 2.373, de 20/12/2001, e instalada em 13/05/2002.

A ocupação da região se deu pela penetração de bandeirantes e sertanistas que buscavam ouro, caçavam índios e se aventuravam na conquista de novas riquezas. Antes era ocupada pelos índios Terenas e Kaiowás. A exploração da erva-mate trouxe importantes mudanças sociais e econômicas com a produção destinada à exportação no início do século XX.

A origem da maioria dos municípios que compõem a região é decorrente dos desmembramentos territoriais ocorridos em Ponta Porã e Amambai.

Em 1963 foi elevado a distrito e se transformou em município em 13/05/1980.

População do município (IBGE/2008): 17.446

Juiz Titular em 2002: Mauro Nering Karloh

Atual Juiz Titular: Eguieli Ricardo da Silva



∞ Nioaque

Criada pela Resolução nº 77, de 13/07/1894; em 1928, a sede da comarca foi transferida para Maracaju, sendo a cidade reduzida a termo. Em 1929, a Lei nº 131 de 01/10/1929, criou a nova Comarca de Nioaque, instalada no ano seguinte. Em 1937, foi reduzida a termo da Comarca de Aquidauana. Foi novamente criada em 1987 e instalada em 22/05/1988.

A fundação definitiva da vila de Nioaque data de 1853, embora lá houvesse habitantes desde 1848. Em 1854, estabeleceu-se na vila um destacamento militar. Em 1864 e 1867 foi invadida, saqueada e incendiada pelas tropas paraguaias. Com o fim do conflito, Nioaque renasceu; em 1877 era vila; em 1890, município. Foi no início do século XX uma das principais cidades do sul do Mato Grosso uno. Teve outros três nomes e pertenceu ao Território Federal de Ponta Porã.

População do município (IBGE/2008): 15.649

Juiz Titular em 1989: Danilo Burin

Atual Juiz Titular: Vinicius Pedrosa Santos



∞ Nova Alvorada do Sul

Criada pela Lei nº 3.256, de 04/07/2006, e instalada em 05/12/2006. Em 1991 foi criado o município de Nova Alvorada do Sul, pertencendo então à Comarca de Rio Brillhante.

Durante muito tempo foi conhecido como o “Entroncamento”, ou seja, um ponto de encontro dos caminhos e culturas advindos de outras regiões que fazem parte da rota ao entorno de Nova Alvorada do Sul, caminhos estes que interligam a capital, Campo Grande, a Região da Grande Dourados, países do Mercosul, Região do Pantanal e aos Estados fronteiriços de Mato Grosso do Sul.

População do município (IBGE/2008): 12.430

Juiz Titular em 2007: Janine Rodrigues

Atual Juiz Titular: Penélope Mota Calarge Regasso



∞ Pedro Gomes

Criada pela Lei nº 4.004, de 30/06/1978, e instalada em 24/05/1981.

Na década de 1950, já existia, onde hoje é a cidade de Pedro Gomes, um modesto povoado com o nome de Amarra Cabelo, que, em 1963, foi elevado a município com o nome atual.

População do município (IBGE/2008): 8.543

Juiz Titular em 1981: Adão Alves Teixeira

Atual Juiz Titular: Jeane de Souza Barboza Ximenes



☞ Porto Murtinho

Criada pela Lei nº 810, de 08/12/1919, e instalada em 24/02/1920.

Em 1892 foi instalado, no Rio Paraguai, no local onde está a cidade de Porto Murtinho, um porto para escoamento da erva-mate da Cia. Mate Laranjeira, dando início ao povoado, que, em 1900, já era elevado a distrito de paz; e, em 1911, a município. Pertenceu ao Território Federal de Ponta Porã.

População do município (IBGE/2008): 15.333

Juiz Titular em 1960: Juarez Mancini

Atual Juiz Titular: Giuliano Máximo Martins



☞ Ribas do Rio Pardo

Criada pela Lei nº 318/1981 e instalada em 19/03/1982.

Ribas do Rio Pardo está situada próximo à confluência do Rio das Botas com o Pardo. Este já era conhecido dos bandeirantes, no início do século 18. O povoamento da região só começou nos primórdios do século XX e o desenvolvimento em 1913, com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Em 1925, por lá passou a Coluna Prestes. Foi elevada a distrito em 1921 e a município em 1943.

População do município (IBGE/2008): 19.780

Juiz Titular em 1982: Edson Ernesto Ricardo Portes

Atual Juiz Titular: Daniela Endrice Rizzo



☞ Rio Negro

Foi criada pela Lei nº 1.511, de 05/07/1994, e alterada pela Lei nº 2.049, de 17/12/1999. Instalada em 29/01/2001. Compreende os municípios de Rio Negro (com o distrito de Nova Esperança), Rochedo e Corguinho.

No final de 1952 vieram para a região algumas famílias originárias do Japão. Dentre vários colonizadores, o que mais se destacou foi Massato Matsubara. Com a abertura de uma estrada ligando a região a Campo Grande, iniciou-se o povoamento denominado Faca de Pau, onde Matsubara projetou e implantou um loteamento, dando origem à cidade de Rio Negro. Foi elevada a distrito em 21/11/1958 e a município em 13/03/1964.

População do município (IBGE/2008): 5.093

Juiz Titular em 2002: Jacqueline Machado

Atual Juiz Titular: Alessandro Motta



☞ Rio Verde de Mato Grosso

Criada pela Lei nº 2.869, de 12/11/1968, e instalada em 16/08/1969.

Pela região de Rio Verde passou, em 1866, a Expedição de Mato Grosso, rumo ao Paraguai. Os primeiros habitantes lá se estabeleceram no final do século XIX, surgindo o povoado de Rio Verde, elevado a distrito em 1931 e a município em 1953. A localidade tinha o nome de Coronel Galvão (comandante da Expedição de Mato Grosso, morto em 1866, às margens do rio Negro).

População do município (IBGE/2008): 19.131

Juiz Titular em 1969: Sydney Nunes Leite

Atual Juiz Titular: Marcus Abreu de Magalhães



☞ Sete Quedas

A comarca foi criada pela Lei nº 89, de 18/12/1987, e instalada em 19/08/1988. Compreende os municípios de Sete Quedas e Paranhos.

Surgiu como consequência da implantação do projeto integrado de colonização, criado pela Portaria número 1.478, de 04 de outubro de 1973, da Presidência do INCRA, no dia 04 de abril de 1974.

Iniciou o projeto do novo núcleo urbano que passou a distribuir lotes aos interessados. Foi elevada a distrito em 1976 e o município criado em 1980.

População do município (IBGE/2008): 10.962

Juiz Titular em 1989: Zaloar Murat M. de Souza

Atual Juiz Titular: vago



☞ Sonora

Criada pela Lei nº 3.149, de 22/12/2005, e instalada em 31/10/2006.

O coronel Raul implantou a usina de produção de álcool Aquários, que começou a ser construída em 1977. Foi a primeira usina de produção de álcool projetada no Brasil para a região do cerrado. Diante de vários problemas administrativos, a Usina Aquários foi então adquirida, por volta de 1983, pelo Grupo Giobbi e pela Cigla - subsidiária da Fiat Italiana, e passou a se chamar Cia Agrícola Sonora Estância.

Grande parte da mão-de-obra fixou residência neste núcleo urbano, desempenhando funções nas épocas intermediárias ao trabalho na lavoura, contribuindo para a expansão populacional da comunidade. Esta expansão, atraída pelo mercado de trabalho local, levou este núcleo à condição de distrito no ano de 1985 e, em 1988, transformado em município.

População do município (IBGE/2008): 12.991

Juiz Titular em 2007: Cláudio Müller Pareja

Atual Juiz Titular: Tatiana Decarli



☞ Terenos

Criada pela Lei nº 2.049, de 16/12/1999, e instalada em 29/12/2000.

A área atualmente ocupada pela cidade de Terenos era habitada pela tribo indígena Terena. A chegada dos trilhos da estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a inauguração da estação Ferroviária e Telegráfica, no dia 6 de setembro de 1914, determinou o afluxo de grande número de pessoas, que se fixaram em terras adjacentes à estação, dando início a um novo povoado. Foi elevada a distrito em 1929 e o município criado em 1953.

População do município (IBGE/2008): 14.952

Juiz Titular em 2001: José Berlangue Andrade

Atual Juiz Titular: José Berlangue Andrade





CAPÍTULO VII

SERVIDORES





Edifício Cosmos, em Campo Grande (MS) - uma das primeiras sedes do Tribunal de Justiça de MS

Durante estes 30 anos de existência do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, os serventuários foram fundamentais para o bom andamento das atividades judicantes e para a prestação jurisdicional em tempo razoável, missão maior da justiça em prol da sociedade.

Dos primeiros servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça no ano de 1979, 17 continuam em atividade. São eles (em ordem alfabética): Aliomar Alberto Sousa Jacarandá; Célia Gonçalves de Brito; Elder Pereira Correa; Fátima El Daher Di Giorgio (lotada no Fórum de Campo Grande); Haroldo Roberto Marcondes; Hélio da Rosa Machado; José Isaías Vieira; José Robson Fernandes; Margarida Machado M. da Rosa Costa; Maria Antônia Moura Corrêa; Maria José Barboza Rodrigues (lotada no Fórum de Três Lagoas); Melchor Martinez; Nilson Farias; Sônia Maria Muller Recena Costa; Valdecir Messias Rodrigues Machado; Valdemar Barcellos de Souza; e Waldir Yule Espíndola.

Nas comarcas, 31 servidores contribuem desde 1979 com o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. São eles (comarcas por ordem alfabética): Roberto Loureiro (Aquidauana); Durcelina Vieira (Bataguassu); Paulo David dos Santos (Bataiporã); Alaíde Alves Elias; Antônio Carlos Albergueti Garcia; Carlos Roberto Almeida de Oliveira; Clóvis Rivarola; Debora Ventura de Barros; Irã Castro de Oliveira; João Arantes Bueno Neto; Jorge José de Arruda; José Hamilton da Silva Rocha; Osmar Felinto de Mello; Paulo Sérgio Mendes Bignardi; Tânia Rosane Soares Barcellos; Tomaz Vieira Rodrigues; Wagner Oscar do Carmo Lewerger (Campo Grande); Cheila Gomes de Campos Viana (Corumbá); Anísio Pereira Faustino; Darci Pereira de Lima; José Montilha Filho; Veraci Catarina Rocha (Dourados); Wagner de Melo Ferreira (Nova Alvorada do Sul); Élide Gomes da Rocha; José Aparecido da Silva; Luiz Gonzaga da Silva;



Nair Junko Yano Moreira do Canto (Nova Andradina); Neuza Martins Silva Rosa (Paranaíba); Brasilino Gomes da Silva (Rio Verde de Mato Grosso); João Dias do Nascimento; e José Correia da Silva (Três Lagoas).

Os servidores ocupavam, à época, os cargos de auxiliar judiciário, agente de serviço, agente de copa e cozinha, escrevente judicial, técnico judiciário, oficial de justiça, servente, zelador, porteiro, escrivão e distribuidor, contador e partidor.

Em 1979, a Secretaria do Tribunal de Justiça era formada pela Diretoria-Geral (Itsume Murakami), Gabinete da Presidência (Antônio Carlos Novaes), Coordenadoria de Administração Financeira (Márcia Aparecida de Barros Xavier), além dos Departamentos Administrativos (Darcy Cardoso Terra), Departamento Judiciário Cível (Hélio de Nardo), Departamento Judiciário Criminal (Ivaír Gomes Ferro), Departamento Correicional (Syrene Barcelo de Souza), Departamento de Pessoal (Rosa Maria Ocampos de Souza) e Departamento do Conselho Superior da Magistratura (Maria Aparecida Medeiros).

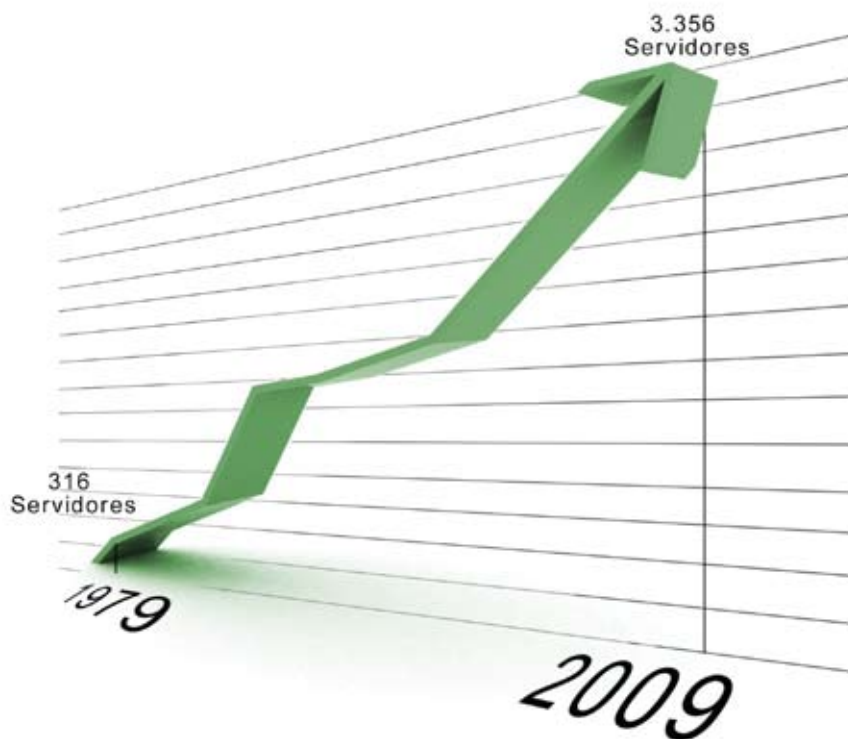
Dois concursos foram realizados em 1980. O primeiro, no início do ano, para preencher as vagas de técnico, auxiliar e taquígrafo judiciais - todos para a Secretaria. O segundo visava preencher vagas nas Comarcas de Bonito, Caarapó, Eldorado, Iguatemi, Ivinhema, Pedro Gomes e Sidrolândia, para os foros judicial e extrajudicial.

Evolução

Em 1979, a secretaria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul possuía 90 servidores e as comarcas 226, gerando um total de 316 pessoas.

No mês de agosto de 2009, o sistema da Secretaria de Gestão de Pessoal contabilizou 2.588 servidores, dentre efetivos e comissionados, nas comarcas sul-mato-grossenses e 768 na Secretaria do Tribunal, totalizando 3.356 serventuários prestando serviços diretamente no judiciário de MS.

Um aumento de pessoal necessário devido tanto ao aumento da população e o conseqüente acréscimo constante de pessoas que recorrem ao Poder Judiciário, quanto pela facilidade de acesso destes jurisdicionados aos serviços oferecidos, cada vez mais próximos da população.



Qualificação do servidor

Um dos focos de trabalho no judiciário sul-mato-grossense é a capacitação e qualificação do seu quadro de servidores. Nestes 30 anos, além da evolução do quadro de servidores, a preocupação com a gestão de pessoas e qualificação de seu quadro é notável.

Criada em 2001, e alçada à Secretaria no ano em que a justiça sul-mato-grossense comemora 30 anos, a Escola do Servidor Público promoveu, somente em 2009, 105 cursos de treinamento, aperfeiçoamento e capacitação dos servidores.

O treinamento e a capacitação nestas três décadas teve o objetivo de valorizar o servidor para o desempenho da função.

No compasso da modernidade e com o intuito de atingir o objetivo de qualificação e condições adequadas de trabalho dos servidores, o investimento em informatização com o passar dos anos trouxe facilidades aos servidores. Da utilização da máquina de datilografia, hoje todos os servidores dispõem de computadores e equipamentos de informática que possibilitam mais eficiência na prestação jurisdicional e qualidade de vida aos serventuários do judiciário de MS.



TRIBUNA

CAPÍTULO VIII

M EMÓRIAS

Luiz Carlos Saldanha Rodrigues
ADVOGADO

EXMO. SR. DES. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Dr. L. do P. Salda. para examinar de conveniência de se emitir a seguinte informação.
09/01/1979
[Assinatura]

LUIZ CARLOS SALDANHA RODRIGUES, brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito na OAB/MT sob o nº 1.648, com escritório na Edifício 26 de agosto, 3º andº e sala nº 32, residente e domiciliado nesta Capital, vem "pelas suas máximas vênias parente à Câmara Única desse Tribunal, para impetrar uma ORDEM DE HABEAS-CORPUS em favor de JOSÉ FRANCISCO DA CRUZ, brasileiro, casado, padroeiro, residente e domiciliado na Capital, por estar sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de ir e vir, por parte do juiz da la. Vera Criminal desta Capital, pelas seguintes razões e fundamentos:

EGREGIA CÂMARA

O paciente José Francisco da Cruz, foi preso, autuado em flagrante e denunciado pela prática de figura típica prevista no "caput" de artº 121 de Código Penal Brasileiro, por ter em data de 17 de agosto de ano próximo passado, após luta corporal, com a própria arma da vítima, desferido, nesta um único ferimento que foi a causa bastante de sua morte.

Na sumária demonstrou que a prática do fato e foi em sua defesa, bem como demonstrou ser primária e sem bens antecedentes, para resultar uma absolvição sumária ou, pelo menos, em sendo pronunciado, ser relaxada sua prisão até a data de seu julgamento.

Ocorre, Egrégia Câmara, que a assis não entendeu o juiz "a que" que não escutando a tese levantada pela defesa, houve por bem em pronunciar o paciente, negligenciando quanto a aplicabilidade da regra estabelecida no § 2º de artº 408 de Código de Processo Penal, limitando, tão só e unicamente, em recomendar-lhe a prisão onde se encontra.

Com efeito, a regra estabelecida na mencionada § 2º de artº 408 da lei adjetiva penal, é clara e não padece de dúvida, ao afirmar que sendo o réu primário e sem bens antecedentes poderá, o juiz, decretar-lhe a prisão ou revogar caso se encontre preso.

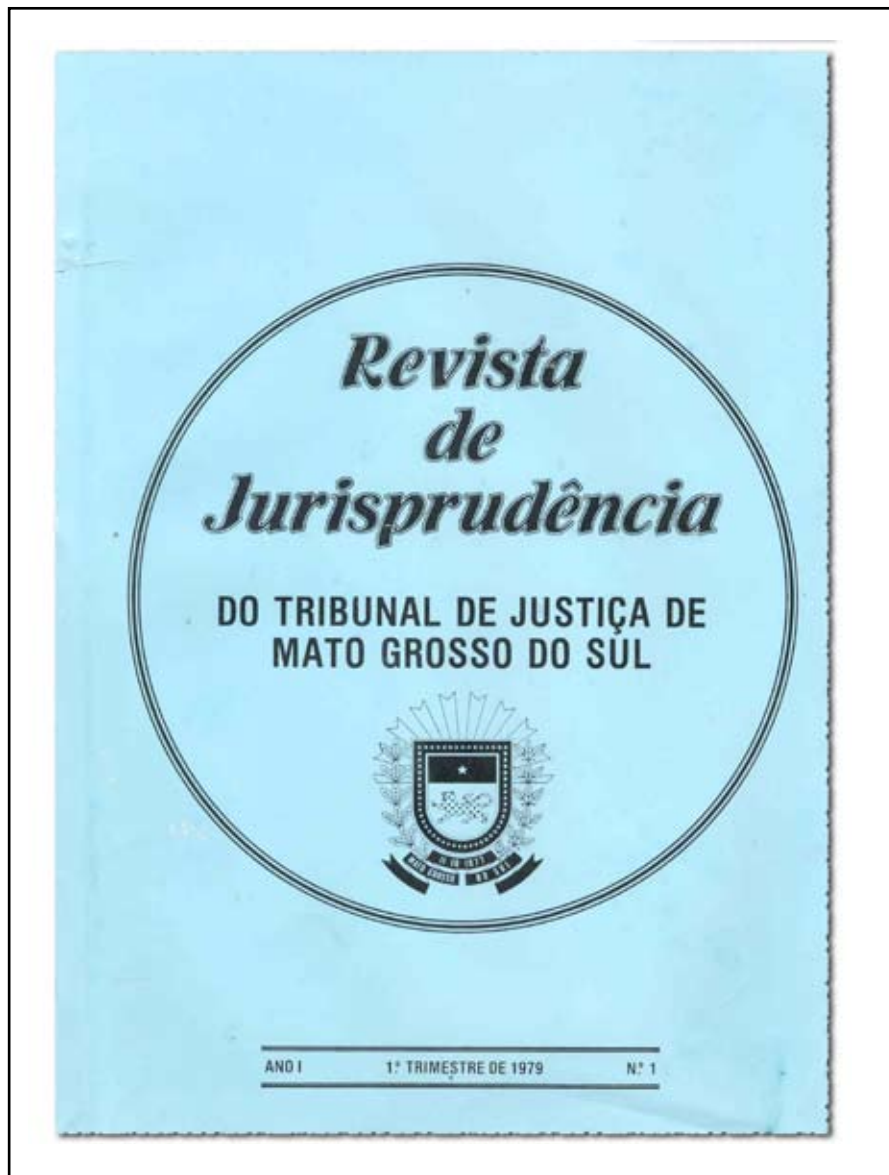
MATO GROSSO DO SUL, EM 09 DE JANEIRO DE 1979. SALDA. - CÂMARA ÚNICA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

protocolo
 nº 001/79 - 08/01/79
 c/19 habecorpus.

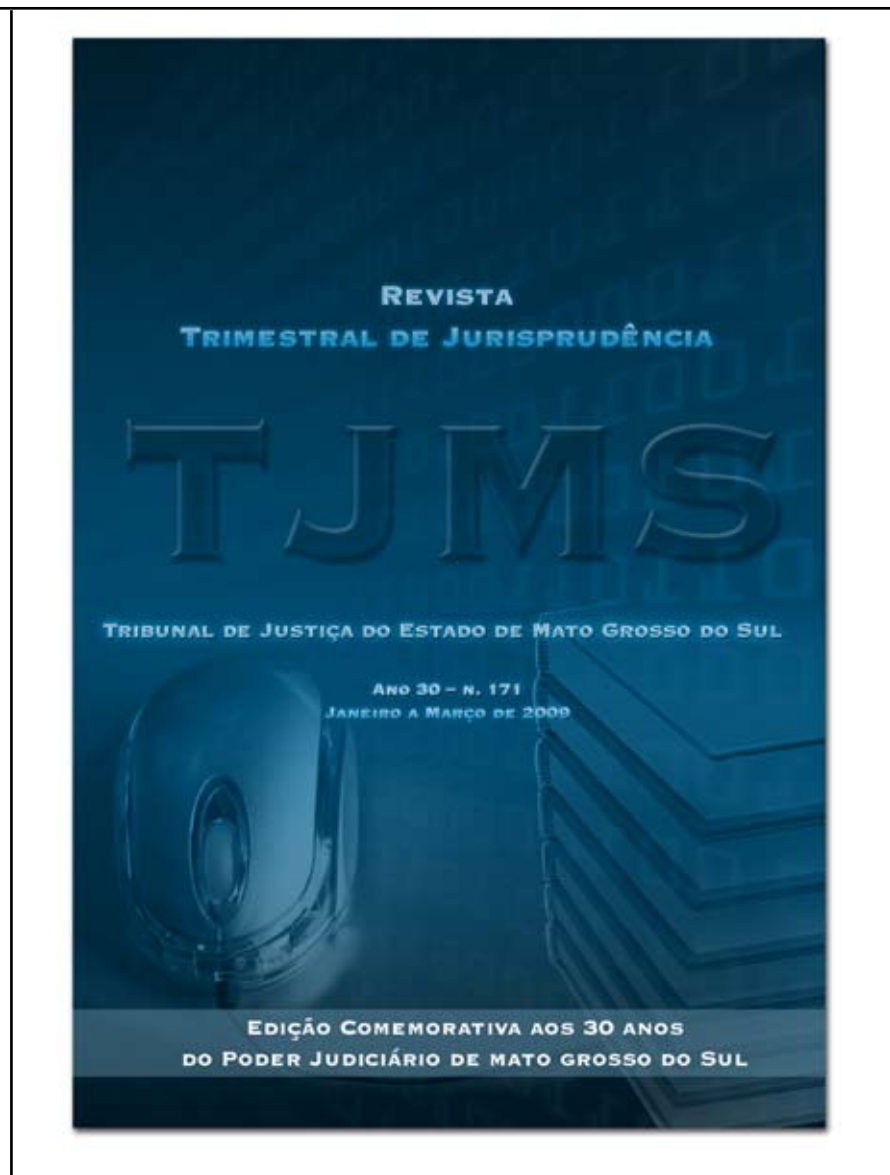
[Assinatura]

[Assinatura]

Primeiro *habeas corpus* julgado no Tribunal de Justiça de MS, impetrado em 09 de janeiro de 1979



Primeira publicação da Revista de Jurisprudência - 1º Trimestre de 1979



Primeira edição eletrônica da Revista Trimestral de Jurisprudência - publicada em novembro de 2009



Máquina de escrever (1940) - Máquina de escrever manual, da marca Olivetti, era usada para lavrar documentos quando as autoridades deslocavam-se até as fazendas e locais distantes, servindo a base de madeira como mesa, tornando possível registrar as informações e elaborar os documentos até mesmo em cima de uma montaria.



Estação de trabalho utilizada por magistrados e servidores na Secretaria do Tribunal de Justiça (2009)



Livro publicado em comemoração aos 20 Anos do Judiciário Sul-mato-grossense - 1999



Moeda comemorativa dos 20 Anos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul - 1999

O ONTEM E O HOJE DO JUDICIÁRIO SUL-MATO-GROSSENSE

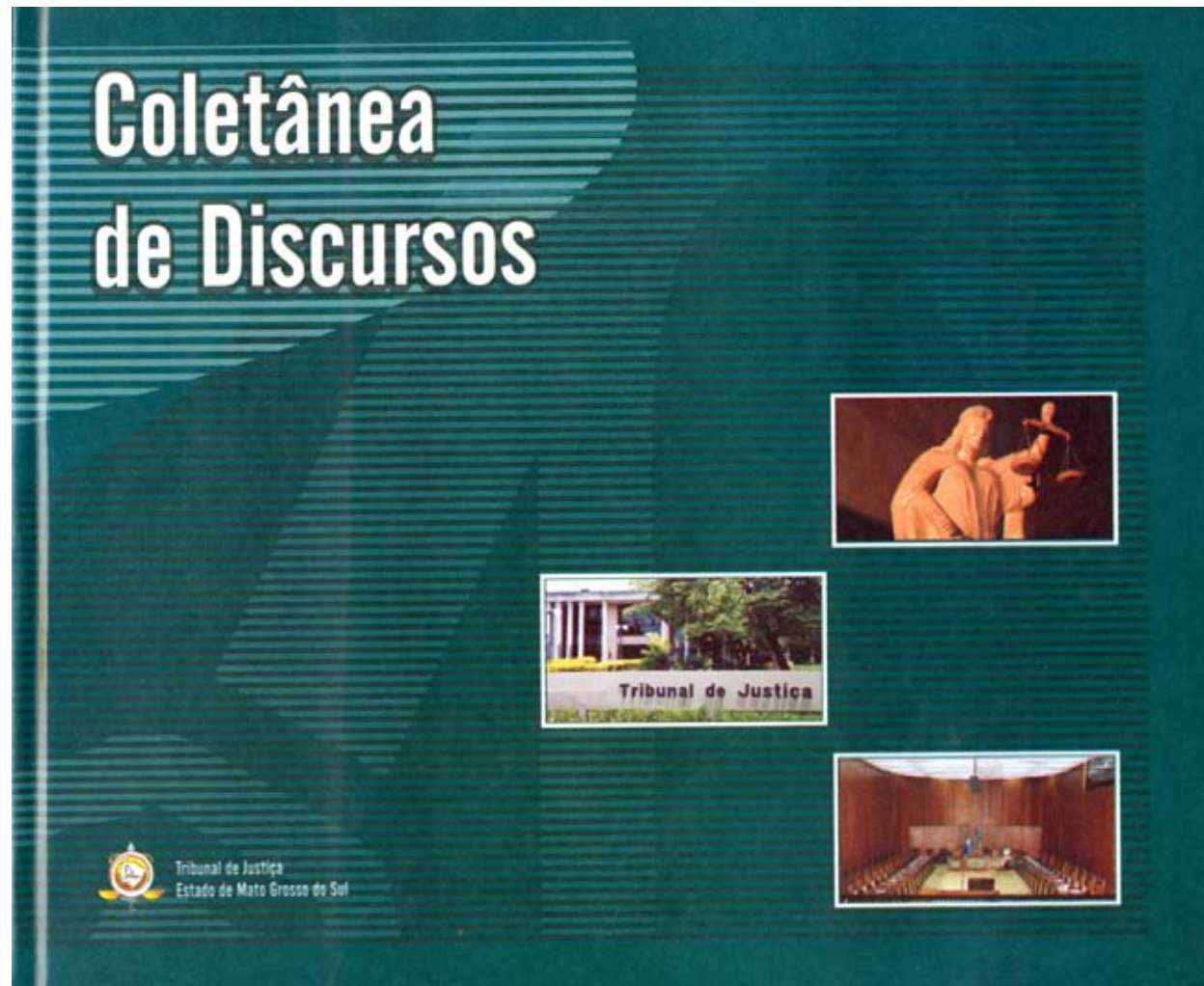


■ FAZENDO JUSTIÇA HÁ VINTE E CINCO ANOS ■

Livro comemorativo dos 25 Anos do Poder Judiciário de MS - 2004



Selo em comemoração aos 25 Anos do Judiciário de MS - 2004



Livro publicado com a Coletânea dos Discursos de Posse dos Presidentes do TJMS - 2006



Colar do Mérito Judiciário - instituído em 1997



Bandeira do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul - instituída em 1997



Hot site com materiais produzidos em comemoração aos 30 Anos do Poder Judiciário de MS



Selo - 30 Anos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul



Pin - 30 Anos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul

REFERÊNCIAS

∞ Bibliografia

Campo Grande - 100 anos de Construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

CAMPESTRINI, Hildebrando (org.). Judiciário Sul-Mato-Grossense -Vinte Anos. Campo Grande: TJMS, 1999.

O Ontem e o Hoje do Judiciário Sul-Mato-Grossense - fazendo justiça há vinte e cinco anos. Campo Grande: TJMS, 2004.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Trajetória do Tribunal de Justiça de Mato Grosso - 130 anos. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

Coletânea de Discursos. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 2006.

∞ Periódicos

RELATÓRIOS DOS BIÊNIOS: 99/00, 01/02, 03/04, 05/06 e 07/08.

∞ Site

IBGE, www.ibge.gov.br

